

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE-UNESC
HUMANIDADES, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO – UNA HCE
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA -LICENCIATURA

MARCIELE BORBA DA SILVA

**As Condições de Trabalho dos Professores de Educação Física da Rede
Pública Municipal de Araranguá-SC**

CRICIÚMA, DEZEMBRO DE 2011.

MARCIELE BORBA DA SILVA

**As Condições de Trabalho dos Professores de Educação Física da Rede
Pública Municipal de Araranguá-SC**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
para obtenção do grau de licenciado no curso
de Educação Física - Licenciatura da
Universidade do Extremo Sul Catarinense,
UNESC.

Orientador: Prof. MSc. : Ana Lúcia Cardoso.

CRICIÚMA, DEZEMBRO DE 2011.

MARCIELE BORBA DA SILVA

**As Condições de Trabalho dos Professores de Educação Física da Rede
Pública Municipal de Araranguá-SC**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Licenciado, no Curso de Educação Física da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Educação Física Escolar.

Criciúma, 09 de dezembro de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ana Lúcia Cardoso- Mestre - (Unesc) - Orientador

Prof Elisa Fátima Stradiotto. -Mestre - (Unesc)

Prof. Sirléia Silvano - Especialista - (Unesc)

Dedico este trabalho a minha querida mãe, a mulher mais batalhadora que conheci, aos professores que realmente contribuíram para minha formação, em especial a professora Ana, que sem o apoio dela não haveria este Tcc.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pois sem ele não estaríamos aqui, por estar concluindo mais esta etapa de minha vida.

A minha mãe que sem dúvida alguma lutou para que eu chegasse até aqui, sempre me incentivando a seguir em frente, aquela que me ensinou que a educação é tudo na vida.

Ao meu pai (em memória) que apesar de não estar presente durante esta etapa, sei que onde quer que esteja estará sempre olhando por mim.

Ao meu namorado, que nas horas difíceis e boas, sempre esteve ao meu lado.

Aos professores que realmente contribuíram para minha formação de qualidade, nos proporcionando conhecimento e visão frente à realidade social âmbito escolar. Ao professor Carlos Augusto que acertou na escolha por ter colocado a professora Ana em meu caminho, que com muito carinho, atenção e dedicação me auxiliou. As professoras Elisa e Sirléia que aceitaram fazer parte também desta etapa final de minha vida sendo minha banca.

Aos amigos que aqui fiz, seja na Educação Física, na História, ou no ônibus, na sala de aula ou nas jogadas de vôlei nos intervalos, que espero levá-los comigo por toda a vida. Em especial a minha grande amiga Cíntia.

“Quanto piores forem às condições pedagógicas,
tanto melhor necessita ser o educador.”

PEREIRA apud SHIGUNOV 2001.

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema As Condições de Trabalho dos Professores de Educação Física da Rede Pública Municipal de Araranguá/SC. Para tal busca-se responder a problemática: Quais as condições para atuação profissional dos professores de educação física da rede pública municipal de Araranguá? Sendo então o objetivo compreender quais as condições para atuação profissional dos professores na rede pública municipal de ensino de Araranguá/SC. Para tal fez-se necessário um estudo teórico elencando alguns temas relevantes para discussão do tema, tais como: A docência, a escola, e as condições na atuação profissional, tendo como subtemas à formação inicial e continuada dos professores, a docência, os saberes docentes, prática pedagógica do professor de educação física, as condições e (des) valorização do trabalho docente. A metodologia adotada foi a pesquisa de campo, que teve como instrumento de coleta de dados um questionário que foi aplicado em 6 professores da rede municipal de ensino de Araranguá.

Concluímos que a rede pública municipal de ensino não oferece condições para atuação docente, pois as condições existentes são precárias.

Palavras-chave: Condições. Atuação Docente. Rede Municipal de Ensino de Araranguá.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Em qual instituição de ensino e em que ano você se formou em licenciatura em Educação Física.....	28
Tabela 2 - Atua em que nível de ensino na escola pública municipal de Araranguá.....	28
Tabela 3 - Quantas horas de Trabalho na área da Educação Física.....	29
Tabela 4 - Qual o vínculo empregatício com a Escola Pública Municipal.....	29
Tabela 5 - Você possui pós graduação.....	30
Tabela 6 - Em quantos cursos de formação continuada na área da Educação/Educação Física você participa durante o ano promovido pela Secretaria Municipal de Educação de Araranguá/SC.....	31
Tabela 7 - Quais as temáticas foram abordadas nos cursos de formação continuada promovidos pela Secretaria Municipal de Educação de Araranguá/SC.....	31
Tabela 8 - Você está satisfeito com sua remuneração salarial na Escola Publica Municipal de Araranguá/SC.....	32
Tabela 9 - Você se sente valorizado como professor da rede pública Municipal de Araranguá/SC.....	33
Tabela 10 - Os professores da rede pública municipal de Araranguá possuem plano de cargos e salário.....	33
Tabela 11 - Como acontece a escolha do diretor da escola pública Municipal de Araranguá que você atua.....	34
Tabela 12 - Como é a relação entre os profissionais no seu local de trabalho na escola pública Municipal.....	34
Tabela 13 - Existe espaço adequado na escola pública Municipal para trabalhar as aulas de Educação Física nos dias de sol forte.....	35
Tabela 14 - Existe espaço adequado na escola pública Municipal para trabalhar as aulas de Educação Física nos dias de chuva.....	36
Tabela 15 - Assinale a estrutura física que existe em seu ambiente de trabalho para as aulas de Educação Física.....	37
Tabela 16 - Em relação à estrutura física da escola pública Municipal que você atua, está faltando algum equipamento na estrutura física que você considera importante para as aulas de Educação Física.....	37

Tabela 17 - Escreva quais os pontos positivos de ser professor de Educação Física na escola pública Municipal de Araranguá/SC.....	38
Tabela 18 - Escreva quais os pontos negativos de ser professor de Educação física na escola pública Municipal de Araranguá/SC.....	39

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 A DOCÊNCIA, A ESCOLA E AS CONDIÇÕES NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL.....	12
2.1 A escola.....	12
2.2 A docência e os Saberes Docentes.....	13
2.3 Diretrizes Curriculares para Formação de Professores de Educação Física....	16
2.4 Formação Inicial e Continuada dos Professores.....	17
2.5 A Prática Pedagógica do Professor de Educação Física.....	20
2.6 Condições e (Des) Valorização do Trabalho docente.....	25
3 METODOLOGIA.....	28
4 Apresentação e Análise dos Dados.....	29
5 CONCLUSÃO.....	42
REFERÊNCIAS.....	44
APÊNDICE A.....	47
ANEXO.....	52

INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar sobre o tema surgiu a partir das dúvidas enquanto acadêmica e futura professora de educação física, sobre qual das redes públicas oferece melhores condições para atuação profissional. Atuei em ambas as redes públicas, devido ao estágio supervisionado e notei algumas diferenças entre estrutura física e disponibilidade de materiais, mas a visão ficou fragmentada, pois há mais questões além de materiais e espaço pedagógico, a serem analisadas.

Após o término da graduação o sonho de qualquer professor é efetivar-se em alguma rede de ensino e aqui se encontra a questão principal do meu projeto: pesquisar se a rede pública municipal oferece condições necessárias para a atuação do profissional de Educação Física.

Por este motivo o **tema** escolhido foi: As Condições de Trabalho dos Professores de Educação Física da Rede Pública Municipal de Araranguá-SC.

Decorre como **problema**: Quais as condições para atuação profissional dos professores de educação física da rede pública municipal de Araranguá?

Este estudo teve por objetivo buscar respostas para as seguintes **questões norteadoras**:

- É oferecida formação continuada para os professores?
- Como é o plano de cargos e salários (plano de carreira)?
- Qual a infraestrutura oferecida para o desenvolvimento das aulas?
- Como são definidos os gestores da rede?
- Existe um espaço adequado na escola para os materiais de educação física?

O **objetivo geral** desta pesquisa foi compreender quais as condições para atuação profissional dos professores de educação Física na rede pública municipal de Araranguá. Tendo também como **objetivos específicos**: Identificar a satisfação dos professores de educação física em relação a atuação profissional; Analisar se há investimentos na área da Educação/Educação Física; Conhecer o nível de formação dos professores de Educação Física. Identificar a infraestrutura e condições para os materiais para aula de educação física. Apontar como são definidos os gestores da escola.

Para obter os resultados desejados sobre este tema foi realizada uma pesquisa de campo, em que foi utilizado o questionário como instrumento de pesquisa.

Para se analisar as condições de trabalho para atuação profissional, compreende-se a necessidade de estudar teoricamente alguns temas centrais para responder a pergunta de partida deste estudo, entre eles a docência, a escola, aspectos relativos a valorização e as condições de trabalho do professor e a prática pedagógica do professor de Educação Física. Posteriormente foi apresentado os dados que emergiram da pesquisa de campo.

2 A DOCÊNCIA, A ESCOLA E CONDIÇÕES NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Nesse capítulo apresentaremos os temas centrais deste estudo. Nesse sentido aprofundaremos questões conceituais relacionadas à docência, a escola e as condições para a atuação profissional na educação/educação física.

2.1 A Escola

Segundo Menegolla (1991), o surgimento da escola se deu com o objetivo de gerar e possibilitar o saber, a cultura e o conhecimento para que o homem viva e assim se desenvolva. Mas afirma ele que hoje esta instituição que antes era louvada está sendo desprezada.

Mas afinal, o que é escola? O termo escola originou-se através da antiga Grécia, pois o povo era amante do saber e do pensar, sendo assim denominada Skolé. Portanto a escola é um local onde se é ministrado o saber e a educação a uma população de crianças, jovens e adultos, podendo ser pública ou privada, que segundo Menegolla (1991) ensina de uma forma mais ou menos sistemática a uma coletividade de alunos que com disposição pessoal ou sem a ela se dirigem com alguma finalidade bem definida ou ainda bem confusa. Enfim, é uma instituição criada pela sociedade civil ou religiosa para educar seus cidadãos.

A escola é uma organização socialmente construída. Sua formação atual, controlada pelo Estado, foi construída pela conquista do ensino realizado no lar e do ensino promovido pela igreja. 'A escola constitui um empreendimento humano, uma organização histórica, política culturalmente marcada'. Assim, uma compreensão verdadeira da escola depende da referência a determinado período histórico e das lentes usadas para olhá-la. (LIBANEO, apud SCHENA 2008).

Saraiva (apud COLOMBO 2009) afirma que a escola tem sido reprodutora do sistema capitalista, visando assim a garantia das relações sociais de produção. Isso pois para manutenção do capitalismo escola e sociedade devem andar juntas, segundo as concepções das correntes de educação tradicionais.

Codo (2002) diz que a escola é a primeira instituição da qual fazemos parte fora de nossa família. De fato está certo, pois após crescermos dentro do âmbito familiar, os primeiros contatos com o mundo exterior se dão a partir da entrada nesta

instituição, novas pessoas, amigos, professores, e destes sempre levaremos na lembrança para o resto de nossas vidas, sejam experiências estas boas ou ruins.

Então pode-se afirmar que a escola é a responsável pela formação da nossa identidade, personalidade, bem como convivência em sociedade.

Segundo Alves (2006), a escola pública se desenvolveu no interior da tendência de expansão das atividades improdutivas por força da ação reguladora do estado. Alves (2006) cita ainda que a escola como mecanismo que possibilita a alocação de trabalhadores produtivos desempregados, faz parte ativa do processo de sua produção, tornando-se um dispositivo vital para assegurar o equilíbrio da sociedade capitalista, e assim manter a reprodução do capital.

(...) nenhum aparelho ideológico de Estado dispõe durante tanto tempo de audiência obrigatória (e ainda por cima gratuita...), 5 a 6 dias em 7 que tem a semana, á razão de 8 horas por dia da totalidade das crianças da formação social capitalista. (ALTHUSSER apud ALVES 2006, p.196.)

A expansão da escola pública permitiu que fossem atribuídas outras funções sociais à mesma, sendo estas a liberação da mulher para o mercado de trabalho, servir de refeitório para sua clientela e um meio para se ter acesso aos programas federais, tais como: Bolsa escola, sendo que só recebem de fato aqueles que tiverem filhos em idade escolar matriculados em alguma instituição pública.

2.2 A Docência e os saberes docentes

O termo docência, segundo o dicionário Aurélio ¹, significa aquele que exerce o magistério, assim sendo este, o professor. Mas pelos entremeios de ser professor, perpassam algumas questões como: por que e para que ser professor, quais as condições de trabalho atualmente existentes para o desenvolvimento desta profissão, entre outras, quais os saberes necessários para isso, qual o objetivo da docência, entre outros.

1 Novo Dicionário Eletrônico Aurélio **versão 5.0** corresponde à 3ª. edição, 1ª. impressão da Editora Positivo, revista e atualizada do Aurélio Século XXI, O Dicionário da Língua Portuguesa, contendo 435 mil verbetes, locuções e definições. ©2004 by Regis Ltda.

A partir da modernidade como cita Schena (2009), o trabalho docente passou a ter como objetivo educar formal e intencionalmente ocorrendo por entre um contexto de determinadas condições de trabalho.

Em relação aos saberes docentes necessários à formação e atuação docente fazem-se necessário inicialmente responder a tal questionamento: o que são tais saberes? Os saberes docentes servem de base ao ofício de professor, então pode-se dizer que são norteadores da prática docente, ou construtivos da prática docente.

Tardif (2007), caracteriza os saberes da seguinte forma:

Os saberes de um professor são uma realidade social materializada através de uma formação, de programas, de práticas coletivas, de disciplinas escolares, de uma pedagogia institucionalizada, etc e são também, ao mesmo tempo, os saberes dele.

Para Tardif (2007), os saberes em suma estão a serviço do trabalho, pois embora os professores utilizem diferentes saberes, essa utilização se dá em função de seu trabalho. Sendo assim, os saberes são um meio de trabalho, mas podem ser moldados e produzidos pelo trabalho.

A formação do saber docente perpassa pelos saberes, disciplinares, curriculares, profissionais e experienciais. Tardif (2007), ressalta que os saberes disciplinares emergem da tradição cultural e dos grupos sociais produtores dos saberes.

Já o saber experiencial é aquele saber adquirido com a prática, no decorrer da sua função enquanto professores. Eles incorporam a experiência individual e coletiva. Os saberes disciplinares e curriculares por sua vez aparecem como produtos provenientes da tradição cultural e dos grupos produtores dos saberes sociais e incorporados a prática docente através das disciplinas, programas escolares, matérias e conteúdos a serem transmitidos.

Segundo Tardif (2002), os ditos saberes docentes não são limitados somente aos conteúdos teóricos obtidos na universidade e produzidos pelas pesquisas na área educacional, as experiências de trabalho parecem ser a fonte privilegiada do saber-ensinar dos professores.

Marques (apud BRACHT 2005) defende a experiência como um elemento crucial para a formação profissional, pois nela “rompem-se a autoconfiança da razão e o fácil consenso teórico.

Tardif (2002) esclarece que os saberes docentes são plurais, isso pois há várias situações e diferentes experiências de saberes, tais como: os saberes pessoais do professor, saberes provenientes da formação escolar anterior, saberes da formação profissional, saberes provenientes dos livros e programas didáticos usados no trabalho e os saberes de sua própria experiência na sua profissão. Todas estas formas de saberes são componentes norteadores da prática pedagógica dos professores.

Nesse sentido, segundo Tardif (2002), o saber profissional está, de um certo modo, na confluência entre várias fontes de saberes provenientes da história de vida individual, da sociedade, da instituição escolar, dos outros atores educativos, dos lugares de formação, entre outros.

Assim como Tardif (2002), Mizukami (2002) cita que a formação dos professores começa muito antes da entrada nos cursos de formação, sendo ao mesmo tempo um processo interminável.

Caldeira (apud MIZUKAMI 2002) nos informa que a produção dos saberes docentes é resultado de um processo reflexivo realizado de forma coletiva na escola. Assim, os professores compartilham seus saberes entre si, trocam informações e confrontam idéias. Sendo assim, a escola é um ambiente reflexivo, de crescimento e formação conjunta.

Além de estar munido destes saberes, os docentes devem levar em consideração a importância do planejamento de suas ações.

Segundo Sacristán (1988), é na atividade de planejar que se centram alguns estudos que evidenciam a desprofissionalização dos docentes, pelo fato de serem apenas reprodutores de planos realizados pelos livros-textos, pelos materiais curriculares e pelas regulamentações sobre currículo. Percebemos a importância do planejamento em si, como uma ferramenta norteadora para o processo de ensino-aprendizagem docente, mas o mais importante é que este seja construído pelo docente, para posteriormente ser reconstruído de acordo com as mudanças e carências que forem surgindo durante o processo, pois se nos embasarmos em um planejamento pré-estabelecido sem levar em consideração as necessidades dos alunos, da escola, bem como a realidade social, seremos meros reprodutores do conhecimento e não estaremos assim contribuindo para uma transformação social e qualidade de ensino, pois o planejamento deve estar voltado a necessidade da

comunidade escolar específica, pois nem todas as instituições, as pessoas são iguais.

2.3 Diretrizes Curriculares para Formação de Professores de Educação Física

De acordo com a lei Lei 9.394/96 e o Parecer CNE/CES no 776/97, as diretrizes curriculares constituem orientações para a elaboração dos currículos que devem ser, necessariamente, adotadas por todas as instituições de ensino superior. Segundo o MEC (Ministério da Educação), dentro da perspectiva de assegurar a flexibilidade, a diversidade e a qualidade da formação oferecida aos estudantes, estas diretrizes devem estimular o abandono das concepções antigas e herméticas das grades curriculares, de atuarem, muitas vezes, como meros instrumentos de transmissão de conhecimento e informações, e garantir uma sólida formação básica, preparando o futuro graduado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional.

Segundo Taffarel e Hildebrandt-Stramann (2007), a formação de professores de educação física situa-se em um contexto de formação universitária.

Atualmente, a docência é um trabalho socialmente reconhecido, realizado por um grupo de profissionais específicos, que possuem uma formação longa e especializada (geralmente de nível universitário ou equivalente, e que atuam num território profissional relativamente bem protegido não ensina quem quer, é necessário uma permissão, um credenciamento, um atestado, etc. (TARDIF E LESSARD, 2005, p 42).

Para que ocorra a consolidação da identidade enquanto professor de educação física durante a formação acadêmica, faz-se necessário que haja uma formação teórica sólida, baseando-se em multidisciplinaridade² e interdisciplinaridade³, bem como unidade entre teoria e prática, gestão democrática, compromisso social, trabalho coletivo, formação continuada e avaliação permanente.

² Segundo o dicionário Aurélio (edição eletrônica 5.0), interdisciplinar quer dizer que é comum a duas ou mais disciplinas ou ramos de conhecimento.

³ Multidisciplinar de acordo com o mesmo é referente aquilo que abrange muitas disciplinas.

O currículo para os cursos de licenciatura em educação física, segundo os estudos de Taffarel e Hildebrandt-Stramann (2007), devem portanto ter a cultura corporal como objeto, a práxis enquanto eixo articulador do conhecimento e a história como matriz científica.

Sendo assim deve-se levar em consideração no currículo da Educação Física a cultura corporal como norteadora da atuação profissional, buscando sempre a relação entre teoria e prática para assim articular o conhecimento, buscando nas raízes históricas o conhecimento científico.

Segundo Cerqueira (1999), os cursos de formação de profissionais de educação física devem focar seus objetivos no campo das funções atribuídas aos professores, tendo como resultado final a qualidade da educação, a compreensão da realidade pedagógica, social e a superação das dificuldades encontradas.

Assim, o projeto curricular deve estar pautado em conteúdos que levem os profissionais a ter domínio do conteúdo necessário a formação dos alunos, tenham a capacidade de situar-se e posicionar-se frente a realidade social, política e econômica, visando situar sua prática nestes contextos, bem como capacidade de intervenção nos aspectos organizacionais da escola e no trabalho escolar com competência técnica, autonomia intelectual e compromisso político.

2.4 Formação Inicial e Continuada dos Professores

Segundo Bracht (2005), a formação inicial se refere a um momento de vital relevância no processo de construção de identidade e saberes docentes.

Nóvoa apud Machado (2010), em uma entrevista acerca do tema formação de professores no Brasil ressalta que a mesma deve:

- a) assumir uma forte componente prática, centrada na aprendizagem dos alunos e no estudo de casos concretos; b) passar para 'dentro' da profissão, isto é, basear-se na aquisição de uma cultura profissional, concedendo aos professores mais experientes um papel central na formação dos mais jovens; c) dedicar uma atenção especial às dimensões pessoais, trabalhando a capacidade de relação e de comunicação que define o tato pedagógico; d) valorizar o trabalho em equipe e o exercício coletivo da profissão; e) estar marcada por um princípio de responsabilidade social,

favorecendo a comunicação pública e a participação dos professores no espaço público da educação. (NÓVOA, 2010, p 01).

Segundo Libâneo (2001), a escola de hoje precisa propor respostas educativas e metodológicas em relação às novas exigências de formação postas pelas realidades contemporâneas. Para que isso ocorra faz-se necessário a constante atualização profissional, a chamada formação continuada, pois afinal, a formação geral de qualidade dos alunos depende da qualidade de formação dos professores. E como manter somente a formação inicial, sendo que estamos em processo constante de transformação? Formação inicial “(...) é a denominação frequentemente atribuída àquela etapa de preparação voltada ao exercício ou qualificação inicial da profissão”. (NASCIMENTO apud SHIGUNOV, 2001 p. 25).

Já sobre a formação continuada Nascimento (apud SHIGUNOV 2001 p. 29) esclarece que a mesma: “[...] visa o aperfeiçoamento das qualificações e responsabilidades dos profissionais em exercício ativo”.

Por isso a importância da formação continuada, que guiará os professores propondo novas metodologias, de acordo com as reformas educativas que surgem com as transformações na qual nossa sociedade passa.

Libâneo (2001), indica que é necessário repensar sobre a formação inicial e continuada dos professores, implicando-os na busca de respostas aos desafios decorrentes das novas relações entre sociedade e educação, partindo de um referencial crítico de qualidade de ensino.

Para isso a formação inicial deve estar vinculada a formação continuada, e vice-e-versa, para que o conhecimento não se torne apenas um fragmento, mas sim, uma continuidade da aprendizagem.

A formação inicial bem como a continuada são atualmente de extrema importância, isso pois a cada dia novas inovações vão surgindo, e com isso faz-se necessário que esta formação seja reformulada, em constante mudança/aprimoramento.

Os professores não podem mais se comportar como simples transmissores de conhecimento estáveis ou invariáveis e de uma cultura “eterna”: A cultura escolar, como também a cultura da sociedade, são envolvidos por um turbilhão, a multiplicação de inovações técnicas, a velocidade sempre maior com que são colocadas em circulação e desaparecem objetos e saberes, certezas e idéias, provocam nos professores o sentimento de estar sendo continuamente. (TARDIF E LESSARD, 2005, p 145).

Segundo Mizukami e Reali (2002), a formação dos professores passa por três etapas, sendo elas a formação inicial, a formação durante o período de iniciação profissional e desenvolvimento profissional. O que reforça o que os professores nos passaram de ensinamentos até hoje, que se aprende não somente na teoria em sala de aula, mas também na prática profissional, o dia a dia com os alunos têm muito a nos ensinar. Sendo assim, a formação docente ocorre de maneira contínua e está em constante transformação e renovação.

Costa (apud SHIGUNOV 2001) lembra que é no período da formação inicial que os futuros docentes irão alterar suas concepções da disciplina na escola, não acontecendo esta mudança a concepção negativa da disciplina e crenças prévias que possuía irão acompanhá-los durante todo o processo de sua carreira enquanto docente.

Um claro exemplo do que está sendo acima citado é a educação física, que antes de entrarmos na graduação era vista de outra forma, geralmente uma forma negativa, havendo durante o processo de graduação a quebra destes paradigmas, pois com a graduação descobrimos que a educação física é um campo muito extenso, possui sua especificidade, e não é lugar para “não se fazer nada” como é conhecida no âmbito escolar, visão esta que eu mesma possuía antes de iniciar minha graduação. Isso, pois provavelmente tais docentes responsáveis por essa visão errônea, não mudaram suas concepções que obtiveram antes de iniciar a graduação, apenas reproduziram-na por ser mais “fácil”.

Nóvoa apud Machado (2004) em uma entrevista ao Centro de Referência em Educação Mario Covas ⁴, diz em resposta sobre a formação continuada: “Um bom programa de formação continuada deve estar centrado nos problemas da escola, organizando-se no quadro daquilo que é comum designar-se por formação-ação”. (p 01.)

Então se vê que a formação continuada deve ter como norteador os problemas cotidianos da escola, pois nesta formação devemos buscar soluções para tais problemas. Sendo assim, é aí que vemos a real importância da formação continuada.

4 O Centro de Referência em Educação Mario covas tem como objetivo ser um referencial pedagógico de excelência na disseminação da informação educacional. Conta com um acervo documental com mais de 40 mil itens, que poderá ser consultado fisicamente em sua sede ou acessado virtualmente pelo site.

Para Kunz (2001) a formação inicial e continuada do licenciado em Educação Física assume como responsabilidade social a preparação profissional direcionada para atuação na educação básica, reconhecendo a escola como locus de atenção, estudo e intervenção.

Segundo Kunz (2001), há um distanciamento entre os cursos de formação e o contexto escolar, assim propõe novos diálogos entre as especificidades dos cursos de formação e das escolas.

Os cursos de formação continuada não são levados a sério, percebi isso quando participei de alguns, enquanto estagiária da Prefeitura Municipal de Araranguá/SC, os professores viam no curso um refúgio para fugir da sala de aula por um dia, dois ou até uma semana. Muitos o faziam por obrigação, sendo que a real vontade era ficar em casa, e outros faziam apenas para acumular horas, cursos.

A formação continuada não pode ser concebida como um meio de acumulação (de cursos, palestras, seminários etc., de conhecimento ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de re(construção) permanente de uma identidade pessoal e profissional, em interação mútua. E é nessa perspectiva que a renovação da formação continuada vem procurando caminhos novos de desenvolvimento. (CANDAU apud GROSCH 2011, p 92).

2.5 A Prática Pedagógica do Professor de Educação Física

Shigunov e Shigunov Neto (2001) apontam que o professor de educação física deve formar os alunos num todo, não priorizando somente questões físicas, mas também as sociais, como conscientização e solidariedade, entre outros. Assim o professor deve ser bom, mesmo sem a disponibilidade de recursos físicos e materiais. “Quanto piores forem às condições pedagógicas, tanto melhor necessita ser o educador.” (PEREIRA apud SHIGUNOV 2001, p. 44).

Na prática pedagógica vê-se a existência de fatores que acabam por influenciar e interferirem na mesma, tais como: fatores de ordem política, econômica, material, familiar e pessoal.

Shigunov e Shigunov Neto (2001) citam ainda que segundo outros autores que já pesquisaram sobre o tema, a falta de materiais é o que está mais presente

nas discussões de interferências nas aulas de educação física. Nasário (1999) esclarece que realizou uma pesquisa nas escolas públicas estaduais de Santa Catarina, onde a demanda de materiais era indiferente ao número de alunos matriculados.

Talvez então seja este um dos principais entraves que interferem na prática pedagógica dos professores de educação física nas escolas públicas.

Alves apud Shigunov (2005) diz que o salário também acaba por interferir neste processo, pois dificilmente vê-se um professor de educação física de escola pública que diga estar satisfeito com sua remuneração, e alguns desses acabam abandonando o âmbito escolar em busca de melhores condições salariais. Esta questão parte para demais discussões acerca da economia e política, que chegam a um ponto chave que é a desvalorização do profissional da educação.

Ouso a dizer que daqui algum tempo ninguém mais irá querer ser professor, pois a desvalorização da classe está cada vez mais escancarada, atualmente vemos casos de professores sendo espancados por alunos, pais de alunos, enfim, o que nos leva a refletir que a educação, não somente em nosso país, está no ponto crítico. (As leis contribuem a tal ponto). Há leis que defendem as crianças, adolescentes, mas e os professores? Na medida em que tais crianças estão utilizando deste artifício para cometer atrocidades contras os professores e contra a sociedade não seria este o momento propício para repensar sobre tais lei e reformulá-las? Mas como não existem leis específicas aos docentes, faz-se necessário que os professores tenham conhecimento sobre as leis existentes, para que assim possam usá-las para proteger-se.

Não podemos ao falar de prática pedagógica não deixar de falar sobre as tendências educacionais, pois afinal, estas refletem e muito na prática pedagógica dos professores de educação física. As tendências pedagógicas segundo Libâneo e outros autores pode ser dividida entre dois grupos; liberais e progressistas. Estes dois grupos subdividem-se em liberal tradicional, liberal renovada, e liberal tecnicista. E as progressistas em libertadora, libertária e crítico social. (LIBÂNEO, 2001)

Na tendência liberal tradicional o professor é o responsável por expor o conteúdo, em aulas geralmente expositivas e em algumas vezes com o uso de figuras. Sendo que este tipo de ensino acaba por somente cobrar que os alunos gravem o conteúdo para depois reproduzi-la geralmente na prova ou em algum questionamento que o professor venha a fazer. Neste contexto o aluno passa a ser

considerado recebedor da matéria tendo como tarefa decorá-la. Esta tendência busca formar um aluno “ideal”, apenas tentando encaixá-lo dentro deste padrão. O conteúdo não visa esclarecer ou associar-se a realidade, aos fatos cotidianos da sociedade, assim é tratada isoladamente. A aprendizagem torna-se então automatizada, não proporcionando ao aluno o ato de pensar sobre.(LIBÂNEO 2001)

Na tendência liberal renovada há também uma subdivisão: a corrente progressivista e a não diretiva entre outras. Esta tendência surge como forma de oposição à tendência tradicional. O aluno é visto como o sujeito da aprendizagem, e o professor tem o papel de preparar o aluno para que devido a suas necessidades ele busque por si próprio o conhecimento. O professor e a matéria não são vistos como centro deste processo. Ele está ali para orientar os alunos, ele ensina o aluno a aprender.

Após esta tendência vê-se o aparecimento do tecnicismo, que visa preparar o aluno para estar apto ao mercado de trabalho, utilizando técnicas e métodos eficazes para obter resultado. O professor, portanto, tem o papel de técnico ou administrador, responsável em executar um planejamento para que alcance um bom resultado ao fim do processo. (LIBÂNEO 2001)

A pedagogia libertadora surge através da ideia de gerar opiniões pedagógicas e práticas educacionais de educação popular. O papel do educador é de orientar a aprendizagem, utilizando discussões, seminários que buscam por centrar este ensino na realidade social, onde o professor juntamente com os alunos passam a analisar os entraves e realidades de quais estão vivenciando de alguma forma.

A tendência crítico social busca confrontar os conteúdos sistematizados com as experiências sócio-culturais, assim buscando uma melhor assimilação dos conteúdos. O aluno tem que aprender a levar estes temas sistematizados para sua vida, sabendo relacioná-lo com seu dia a dia e pensar no porque disso.

É através destas tendências que podemos entender o processo a qual passou a didática da educação e analisar dentre todo este processo o que podemos e como podemos fazer para proporcionar aos nossos futuros alunos uma didática de ensino que lhes ajude a desenvolver-se enquanto cidadãos pensantes, críticos e que saibam fazer interligações com o cotidiano da sociedade. (LIBÂNEO 2001)

Segundo Darido (2003), a Educação Física por sua vez teve ao longo do tempo modificações em relações as tendências educacionais, as quais ainda hoje

influenciam na formação profissional bem como nas práticas pedagógicas dos professores de Educação Física.

A partir de meados da década de 30, a concepção dominante na Educação Física é calcada na perspectiva higienista (DARIDO, 2003, p. 12).

Esta concepção esta pautada na preocupação com os hábitos de higiene e saúde, que segundo Darido (2003), buscava a valorização do desenvolvimento físico e da moral por meio do exercício.

Darido(2003) cita que com a necessidade da sistematização da ginástica na escola, no início do século passado, surgem os métodos ginásticos. Sendo os principais métodos propostos por suecos, franceses e alemães. Os autores destas propostas buscavam a valorização da ginástica na escola, acabaram por oferecer condições para o aprimoramento físico dos indivíduos. Estes métodos visavam capacitar os indivíduos para que contribuíssem com a indústria nascente e a prosperidade da nação.

De acordo com Darido (2003) a concepção pautada no modelo militarista tinha como objetivo no âmbito escolar a formação de sujeitos capazes de suportar o combate, a luta, para atuar na guerra. A escola era então uma concentração para aprender o necessário para atuar na guerra. Sendo assim havia um processo de seleção dos indivíduos mais fortes, fisicamente perfeitos, acabando por excluir os incapacitados.

Tanto na concepção higienista quanto na concepção militarista a Educação Física era vista como essencialmente prática, não havendo assim a necessidade de um embasamento teórico.

Sobre a concepção desenvolvimentista diz (TANI apud DARIDO 2003):

... a proposta explicitada por eles é uma abordagem dentre várias possíveis, é dirigida especificamente para crianças de quatro a quatorze anos e busca nos processos de aprendizagem e desenvolvimento uma fundamentação para a Educação Física escolar.

Segundo Darido (2003), os autores desta abordagem defendem a ideia que o movimento é o principal meio e fim da Educação física, sendo que um dos principais conceitos desta concepção é habilidade motora.

Assim, o principal objetivo da Educação Física é oferecer experiências de movimento adequadas ao seu nível de crescimento e desenvolvimento, a fim de que a aprendizagem das habilidades motoras seja alcançada. A criança deve aprender a se movimentar para adaptar-se às demandas e

exigências do cotidiano em termos de desafios motores. (DARIDO, 2003, p. 16).

Segundo a autora a partir daí começou-se a desenvolver uma classificação, com intuito de selecionar os conteúdos inerentes a cada faixa etária. Esta classificação foi desenvolvida por Gallahue (1982) e ampliada por Manoel (1994), sendo divididas nas seguintes fases:

... fase dos movimentos fetais, fase dos movimentos espontâneos e reflexos, fase de movimentos rudimentares, fase dos movimentos fundamentais, fase de combinação de movimentos fundamentais e movimentos culturalmente determinados. (DARIDO, 2003, p 16).

Esta divisão por fases ocorrem do mais simples (habilidades básicas) ao mais complexo (habilidades específicas), no conjunto de habilidades motoras. Sendo as habilidades básicas divididas em habilidades locomotoras (por exemplo: andar, correr, saltar, saltitar) e manipulativas (por exemplo: arremessar, chutar, rebater, receber) e de estabilização (por exemplo: girar, flexionar, realizar posições invertidas).

Já as específicas segundo Darido (2003) são influenciados pela cultura, e relacionados à prática de esportes, danças, lutas.

Darido (2003) cita sobre a proposta crítico superadora, que a mesma tem representantes nas principais universidades do país, além de ter o maior número de publicações em periódicos especializados.

A autora diz que esta proposta está pautada no discurso da justiça social, tendo como base o marxismo e o neomarxismo.

Sobre a proposta Darido (2003) cita:

Ela é diagnóstica porque pretende ler os dados da realidade, interpretá-los e emitir um juízo de valor. Este juízo é dependente da perspectiva de quem julga. É judicativa porque julga os elementos da sociedade a partir de uma ética que representa os interesses de uma determinada classe social. Esta pedagogia é também considerada teleológica, pois busca uma direção, dependendo da perspectiva de classe de quem reflete. (p 19).

Na proposta crítico-emancipatória, segundo Darido (2003), o papel do professor confronta, num primeiro momento, o aluno com a realidade do ensino. O processo de ensino aprendizagem dá-se em três momentos/fases: experimentação, criação e aprendizagem, não necessariamente na mesma ordem.

Segundo Kunz (1999), a idéia da pedagogia crítico-emancipatória é: “aproximar uma proposta pedagógico-educacional com a realidade concreta da

Educação Física e seus conteúdos tradicionalmente conhecidos como: ginástica, esporte e jogos”. (p. 35).

Nesta concepção Kunz (1999), afirma que o ensino deve ser aquele que liberte das falsas ilusões, de falsos interesses, criados e construídos nos alunos pela visão de mundo que apresentam a partir do conhecimento. O ensino escolar necessita, desta forma, basear-se numa concepção crítica.

O aluno enquanto parte do processo de ensino deve ser capacitado para a vida social, cultural e esportiva. Como um conhecedor, reconhecedor e problematizador de sentidos e significados, sempre com um olhar crítico. O desenvolvimento da criticidade do aluno está relacionado com sua capacidade de avaliação e análise subjetiva da racionalidade.

Nesta concepção segundo Kunz (2001), deve-se buscar o desenvolvimento das competências social, objetiva e comunicativa.

A competência objetiva pretende que o aluno precisa receber conhecimentos e informações, precisa treinar técnicas racionais e eficientes, e precisa aprender certas estratégias para o agir prático. Precisa se qualificar para atuar individualmente e coletivamente. E todo esse conhecimento pode ser utilizado na profissão, no tempo livre, no esporte, e outros. (KUNZ, 2001).

Já na competência social, o aluno deve adquirir conhecimentos e esclarecimentos para entender as relações socioculturais da realidade em que vive, os seus problemas e contradições, e os diferentes papéis assumidos na sociedade. No caso específico do esporte a competência social deve atuar na co-educação, encerrando com as diferenças e discriminações que a sociedade impõe entre os sexos feminino e masculino. Eliminando qualquer tabu e pré-conceito. Enfim, a competência social deve ser solidária e cooperativa, preparando os alunos para compreender os diversos papéis sociais existentes no esporte. (KUNZ, 2001).

E por fim, a competência comunicativa é quem vai nortear as competências objetivas e sociais, pois, é pelo pensar e falar que as interações humanas bem sucedidas se estabelecem. E a linguagem verbal é apenas um meio de estabelecer essa comunicação entre os grupos. Por exemplo, as crianças utilizam muito da linguagem corporal, que deve ser bem entendida, para não ser mal interpretada. (KUNZ, 2001).

2.6 Condições e Valorização do trabalho docente

Para falar sobre condições de trabalho faz-se necessário conceituar a mesma que segundo Dejours (apud SCHENA 2009) dizem respeito aos aspectos físicos do ambiente (temperatura, ventilação, ruído); ao número de alunos na sala de aula; a quantidade de aulas ministradas; a distância da escola da residência; as condições de salubridade e segurança do local de trabalho e das refeições; as condições antropométricas dos postos de trabalho e ao salário. Schena (2009), esclarece que estes itens entre si combinam-se, envolvendo as políticas de gestão de educação bem como as heranças da cultura escolar.

Atualmente, em nossa sociedade está cada vez mais evidente a desvalorização dos profissionais da educação, não precisamos ir muito longe para constatar tal desvalorização, basta olharmos os reflexos da greve que aconteceu em nosso estado. Os profissionais lutando por uma causa justa e necessária acabaram por não ganhar o que lhes era de direito e perderam mais ainda, com a decisão do governo em extinguir o plano de carreira da classe. Esta tomada de decisão só vem para nos mostrar tamanho o descaso com a educação, pois ao invés de incentivar os professores a continuarem se aperfeiçoando por meio de gratificações entre outras coisas, o que levaria a educação a um possível salto de qualidade, fez-se o contrário. (Silva, 2011)

Segundo Michelotto (2010) a partir da segunda metade do século XX, a profissão de professor foi sendo, pouco a pouco, desvalorizada: os salários foram baixando e as condições de trabalho piorando. Afirma ainda que as causas para que ocorresse isso foram políticas públicas de contenção de gastos sociais que levaram ao desrespeito o índice de recursos destinados à educação.

Michelotto (2010) afirma que a falta de valorização da carreira do professor é um dos maiores entraves e desafios para a educação no Brasil hoje, isso porque o mesmo é um profissional sobrecarregado, obrigado a agregar atuação em três horários diários para poder conseguir um situação digna, nunca conseguirá se sair bem em seu trabalho.

A valorização profissional segundo Michelotto (2010) é a palavra chave para se chegar a uma educação de qualidade. Não só no setor educacional, mas em

qualquer área o que todos esperam é que sejam valorizados de acordo com seu esforço, desempenho, e conseqüentemente o resultado a ser colhido será positivo. Quem ficaria trabalhando em um lugar sem ser valorizado? Claro que muitas pessoas, pois o dinheiro hoje na balança conta muito mais que a satisfação pessoal, até porque se necessita dele para sobreviver dentro deste sistema capitalista.

Mas o que realmente é este tão citado sistema capitalista? Sobre as teorias que procuram explicar tal sistema, há duas grandes correntes que se destacam, representadas por Max Weber e Karl Marx.

Segundo Catani (1980), a corrente representada por Weber a qual denominamos culturalista, procura explicar o capitalismo através de fatores externos à economia. Weber argumentou que a religião era uma das razões não-exclusivas do porque as culturas do Ocidente e do Oriente se desenvolveram de formas diversas, e salientou a importância de algumas características específicas do protestantismo ascético, que levou ao nascimento do capitalismo, a burocracia e do estado racional e legal nos países ocidentais.

Já a corrente representada por Marx, a qual denominamos histórica, define o capitalismo como sendo um determinado modo de produção de mercadorias, gerado historicamente desde o início da idade moderna, encontrando seu ápice na revolução industrial. Mas Catani (1980), afirma que o capitalismo não é só um modo de produção de mercadorias, é também um sistema no qual a força do trabalho se transforma em mercadoria e se coloca no mercado como qualquer objeto de troca. Afirma ainda que para existência do capitalismo faz-se necessário a concentração do poder e dos meios de produção nas mãos de uma classe social e a presença de outra classe para qual a venda da força do trabalho seja a única forma de subsistência.

3 METODOLOGIA

Este estudo utilizará pesquisa de campo, que segundo Munhoz (1989) tem por objetivo a coleta de elementos não disponíveis, que ordenados sistematicamente [...] possibilitam o conhecimento de uma determinada situação, hipótese ou norma de procedimento.

População é um conjunto de indivíduos que compartilham, pelo menos, uma característica comum (LEVIN, 1986). Sendo assim, o universo populacional do estudo será constituído por 10 escolas da rede pública municipal, situada no município de Araranguá, Santa Catarina. Com intuito de analisar quais as condições para atuação do profissional de Educação Física que a rede possui.

Fizeram parte da amostra os professores de Educação Física da Rede Municipal de ensino sendo: 04 atuantes no ensino fundamental nas escolas mais centralizadas, 02 atuantes nas escolas de Ensino Fundamental Reunidas situadas em alguns bairros pequenos, 02 atuantes nas escolas Isoladas situadas em bairros pequenos nos extremos da cidade de difícil acesso, e 02 atuantes nos Centro de Educação Infantil.

Com o objetivo de coletar os dados da pesquisa, utilizamos um questionário com 18 perguntas, abertas e fechadas.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A rede municipal de ensino de Araranguá atualmente conta com 49 unidades escolares, sendo que dessas 04 escolas são de ensino básico, do pré ao 9º ano, 03 são reunidas, do jardim ao 5º ano, 13 são isoladas, 19 são Centros de Educação Infantil, e 10 pré-escolares (espaço cedido pelo estado).

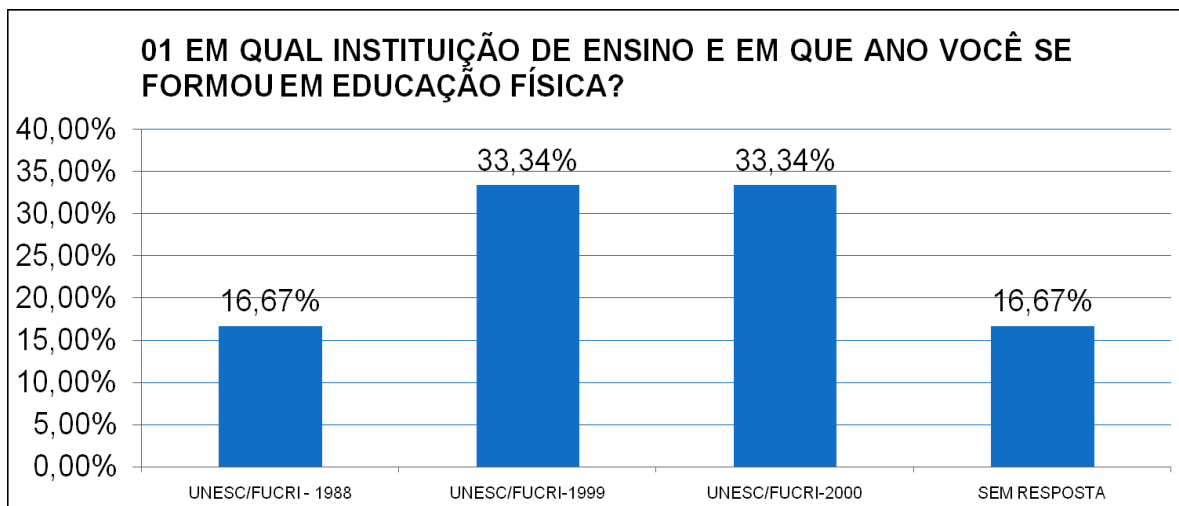
No quadro de professores de educação física da rede tem-se uma totalidade de 22 profissionais, sendo 12 destes efetivos e 10 ACTS (admitidos em caráter temporário). A carga horária destes professores varia de 20 a 40h/a, sendo que a grande maioria possui 40h/a.

Das 32 instituições do município, 06 participaram da amostra, sendo escolhido de forma aleatória somente 01 professor(a) de cada uma destas instituições.

Participaram da amostra então 06 professores de educação física, sendo 05 do sexo masculino, e uma do sexo feminino.

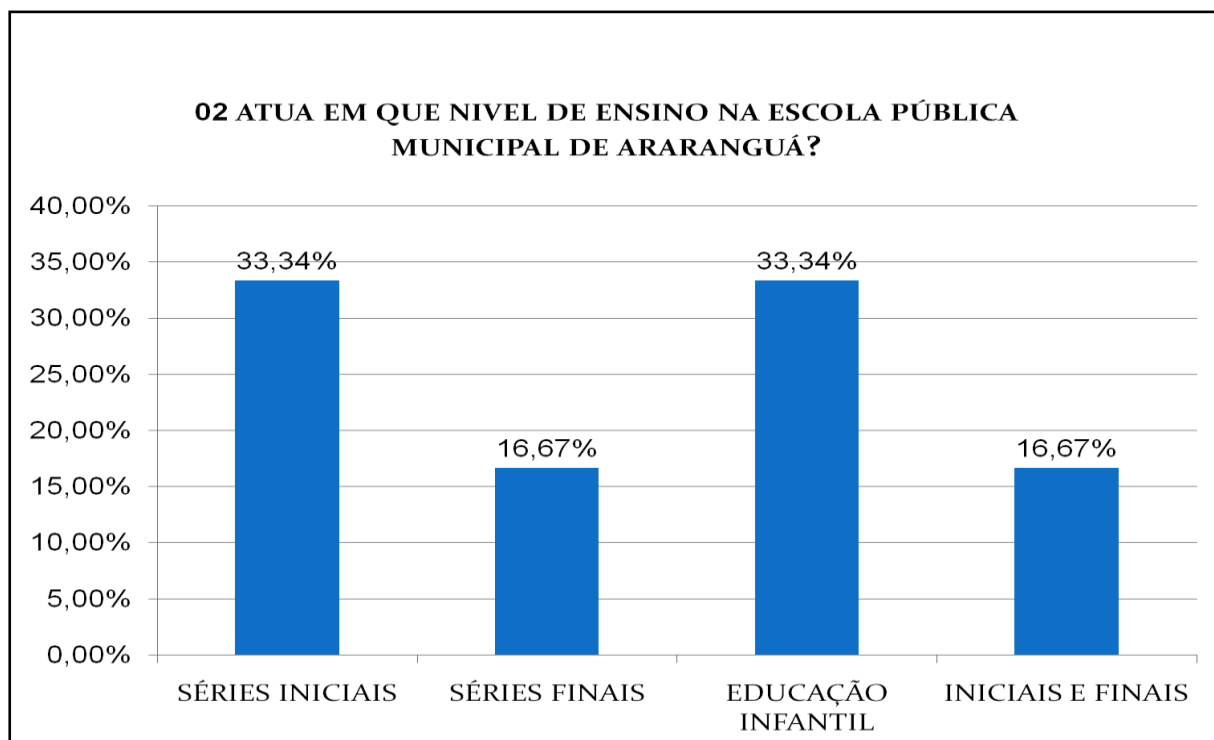
Referente a estes profissionais constatou-se na **questão 01** que a formação da grande maioria ocorreu na Fucri(Fundação Educacional de Criciúma)/Unesc(Universidade do Extremo Sul Catarinense), sendo que apenas um não respondeu, (nos anos de 1988, 1998 e 2000).

Segundo Bracht (2005), a formação inicial se refere a um momento de vital relevância no processo de construção de identidade e saberes docentes. Para que ocorra a consolidação da identidade enquanto professor de educação física durante a formação acadêmica, faz-se necessário que haja uma formação teórica sólida, baseando-se em multidisciplinaridade e interdisciplinaridade, bem como unidade entre teoria e prática, gestão democrática, compromisso social, trabalho coletivo, formação continuada e avaliação permanente.



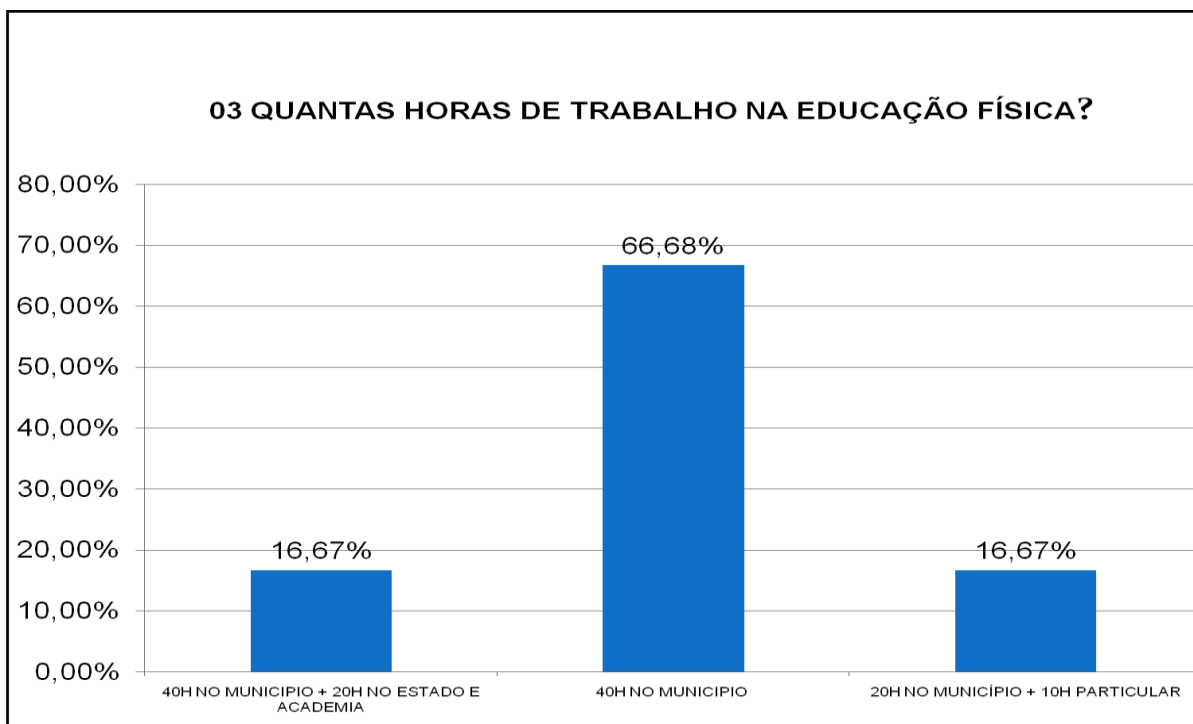
Fonte: SILVA, 2011.

Pode-se constatar na **questão 02** que dos seis (100%) professores selecionados, 02 (33,34%) atuam na educação infantil, 01 (16,67%) atua nas séries iniciais e finais do ensino fundamental, 01 (16,67%) atua somente nas séries finais do ensino fundamental, e 02 (33,34%) atuam somente nas séries iniciais do ensino fundamental.



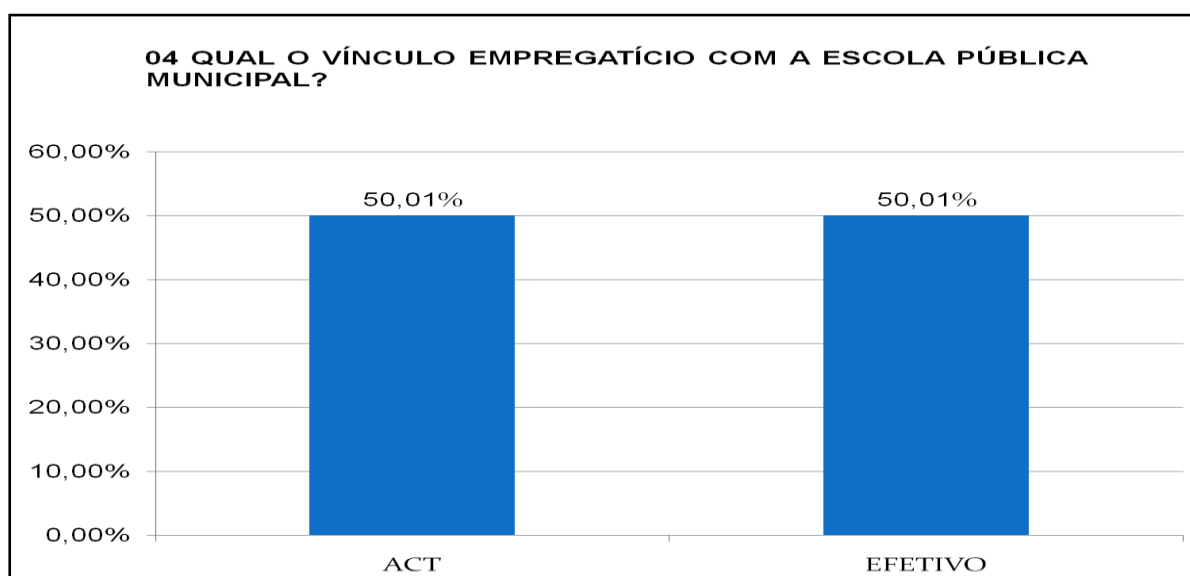
Fonte: SILVA, 2011.

Na **questão 03** vê-se que 05 professores (83,35%) possuem carga horária de 40h na rede pública municipal; 01 (16,67%) além de 40h no município, possui 20h na rede estadual de ensino e 10h na academia, 01 (16,67) possui 20h no ensino público municipal e 10h no ensino particular.

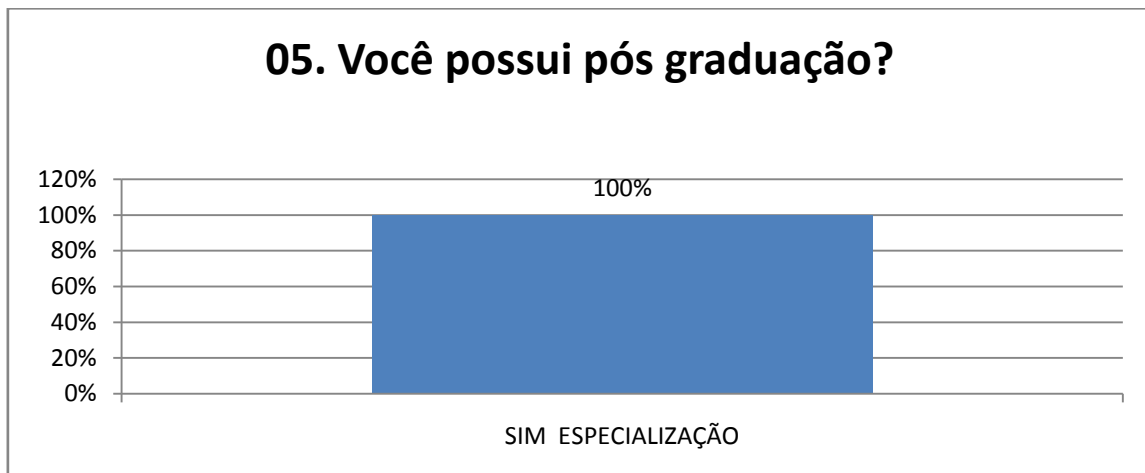


Fonte: SILVA, 2011.

Referente a **questão 04** percebe-se que há um certo equilíbrio entre ACT'S e efetivos, sendo 03 (50,01%) professores ACT'S (admitido em caráter temporário) e 03 (50,01%) efetivos.



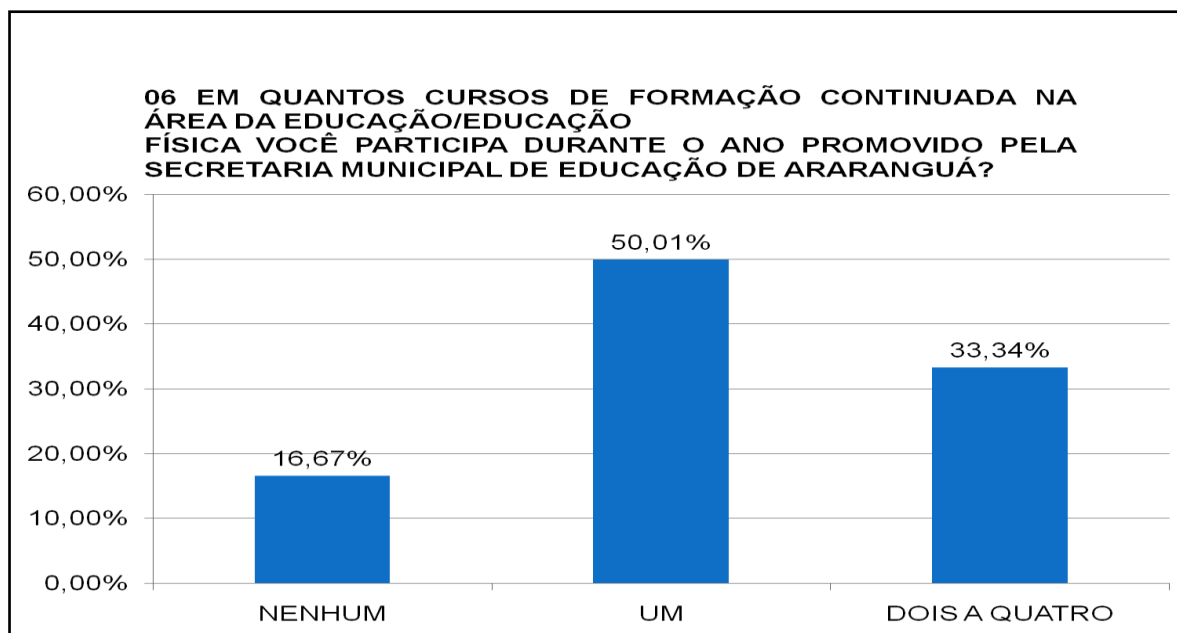
Com relação a **questão 05** pode-se constatar que os 06 (100%) professores possuem a especialização.



Fonte: Silva, 2011.

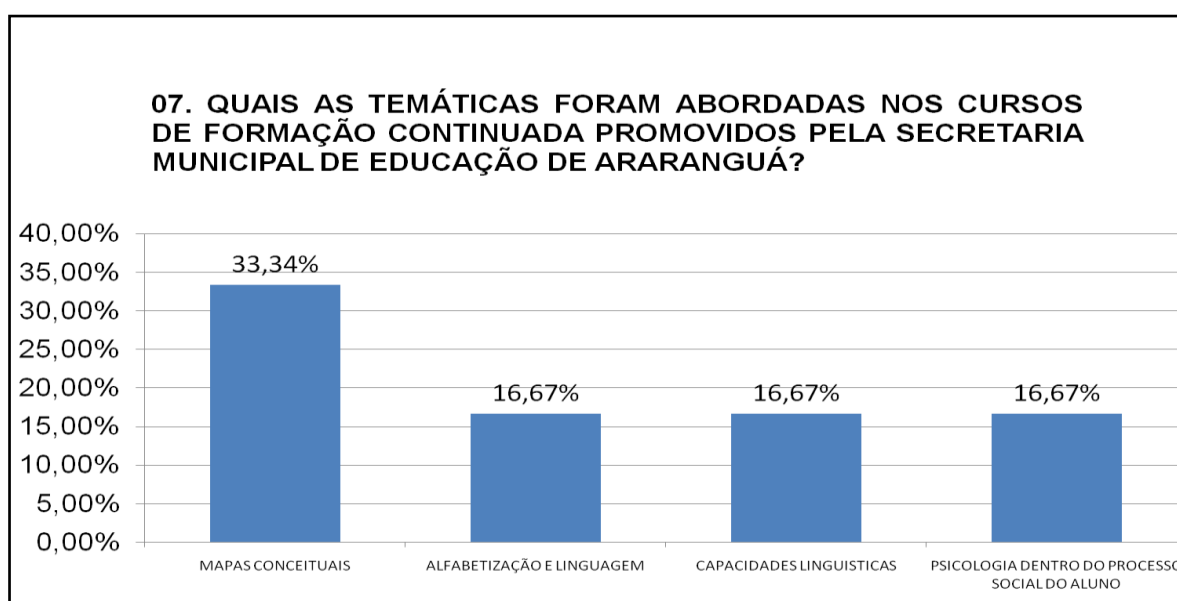
Com relação a formação continuada na **questão 06** pode-se perceber que 01 (16,67%) professor não participa de nenhum curso promovido pela secretaria municipal, 02 (33,34%) participam de 02 a 04 cursos por ano e 03 (50,01%) participam apenas de 01 curso.

Vê-se com a apresentação destes dados que a secretaria de educação municipal de Araranguá não promove muitos cursos de formação continuada, que segundo Nascimento (apud SHIGUNOV 2001 p. 25) esclarece que a mesma: “(...) visa o aperfeiçoamento das qualificações e responsabilidades dos profissionais em exercício ativo, portanto, são de extrema importância e se possui este papel importante não deve ser realizado/incentivado apenas uma, duas ou quatro vezes ao ano.



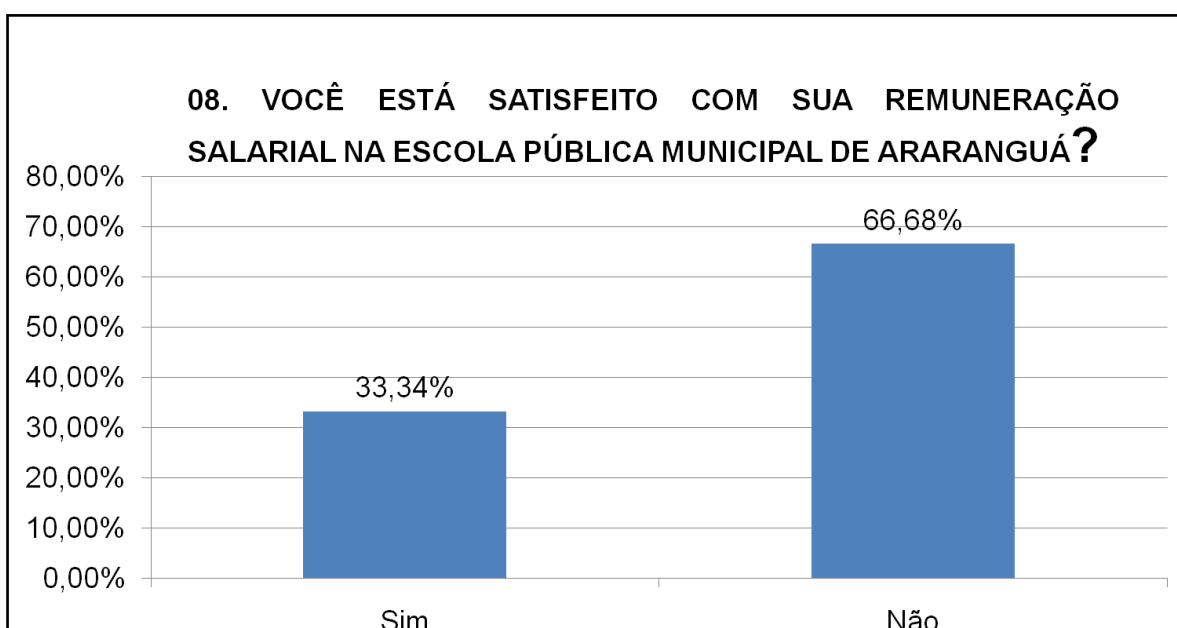
Fonte: Silva, 2011.

Sobre as temáticas abordadas nos cursos de formação continuada na **questão 07**, 02 (33,34%) professores citaram que a temática do curso foi mapas conceituais, 01 (16,67%) citou psicologia fundamentada dentro do processo social do aluno e do indivíduo como um todo, 01 (16,67%) citou curso de alfabetização, linguagem e capacidades linguísticas e 02 (33,34%) professores não responderam. Percebemos por meio destes resultados que a rede municipal não oferece cursos voltados especificamente para área da educação física.



Fonte: Silva, 2011

Quando questionados sobre a satisfação com a remuneração salarial na escola pública, na **questão 08**, constatou-se que 02 (33,34%) professores consideram-se satisfeitos enquanto 04 (66,68%) professores se consideram insatisfeitos. Como justificativa para tal afirmação, os 02 (33,34%) professores dizem-se satisfeitos, pois comparando com as demais redes de ensino a rede municipal é a melhor, além disso, os professores são valorizados. Os 04 (66,68%) professores insatisfeitos com a remuneração disseram que está abaixo da importância da profissão, não são valorizados e também pelo investimento pessoal feito durante a formação.

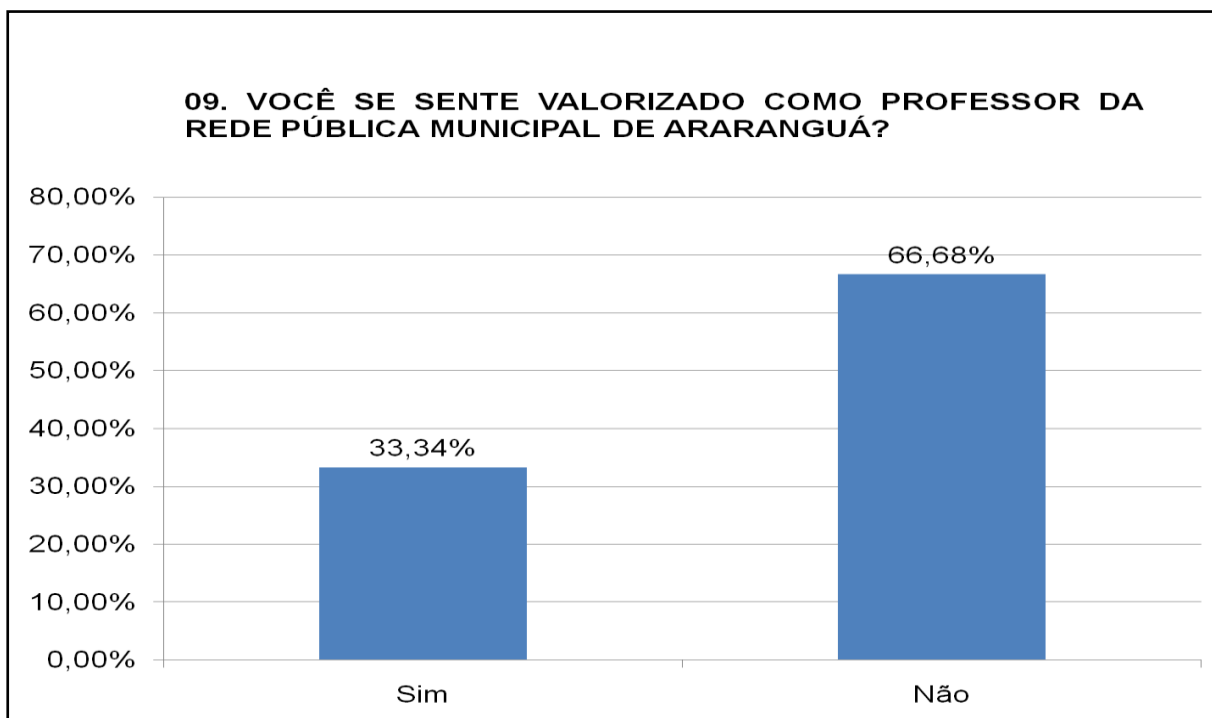


Fonte: Silva, 2011.

Sobre a **questão 09** referente a valorização enquanto professores da rede publica municipal, 02 (33,34%) professores sentem-se valorizados, pois a rede possui material de boa qualidade, é de gestão transparente e o professor é o elemento principal do processo de ensino-aprendizagem, enquanto 04 (66,68%) professores não se sentem valorizados, pois a rede não oferece cursos voltados para a área da educação física, não possuem plano de carreira, o piso salarial abaixo da importância da profissão, e falta de apoio do poder publico.

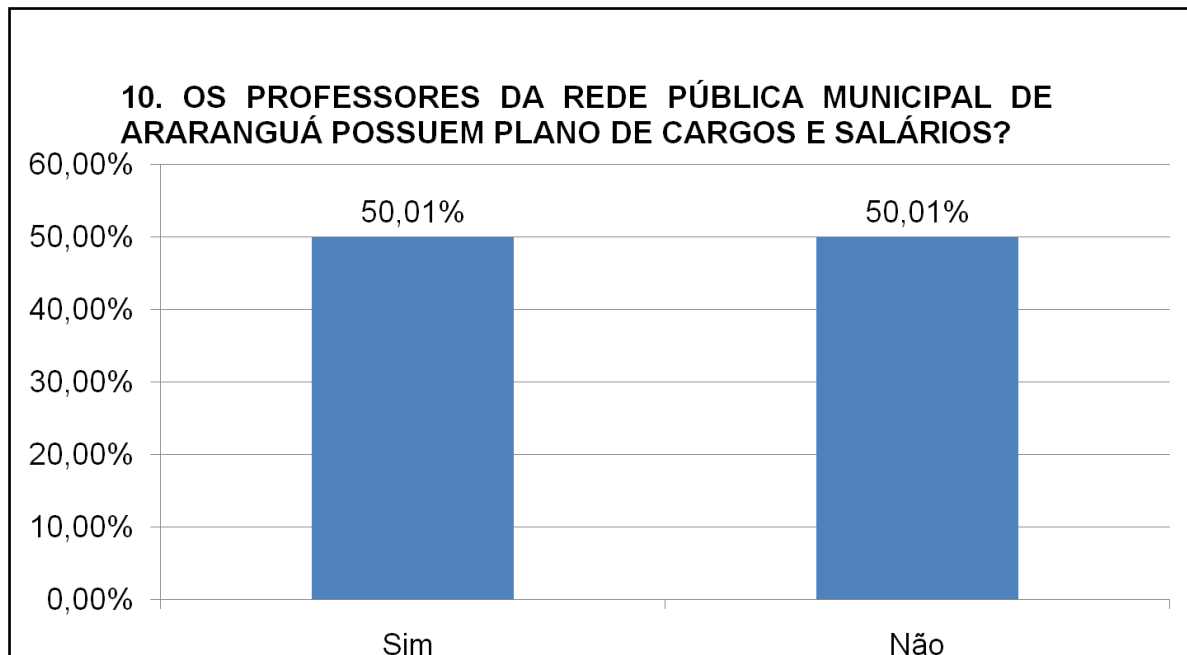
A falta de valorização profissional vê-se claramente no fato de que a rede não promove nenhum curso voltado para área da educação física, logo não há cursos específicos. Segundo Michelotto (2010) a partir da segunda metade do século XX, a

profissão de professor foi sendo, pouco a pouco, desvalorizada: os salários foram baixando e as condições de trabalho piorando. Afirmam ainda que as causas para que ocorresse isso, foram políticas públicas de contenção de gastos sociais que levaram ao desrespeito do índice de recursos destinados à educação.



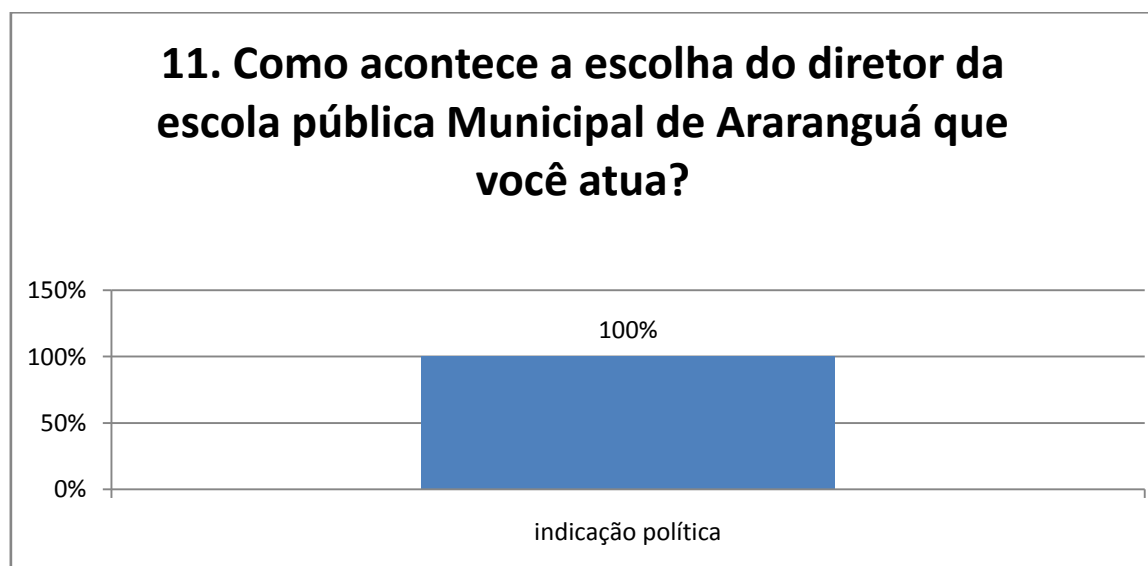
Fonte: Silva, 2011.

Com relação a **questão 10** sobre plano de cargos e salários, 03 (50,01%) professores afirmaram que a rede não possui plano cargos e salários e os 03 (50,01%) demais afirmaram que a rede possui sim plano de cargos e salário, para provar a existência do mesmo citaram na justificativa que o mesmo consta na lei orgânica 033/2002 que rege os direitos dos professores. Constatamos que a referida lei institui o sistema de carreiras, benefícios e vantagens do quadro de funcionários permanentes da Administração Municipal de Araranguá. (Ver em Anexo)



Fonte: Silva, 2011.

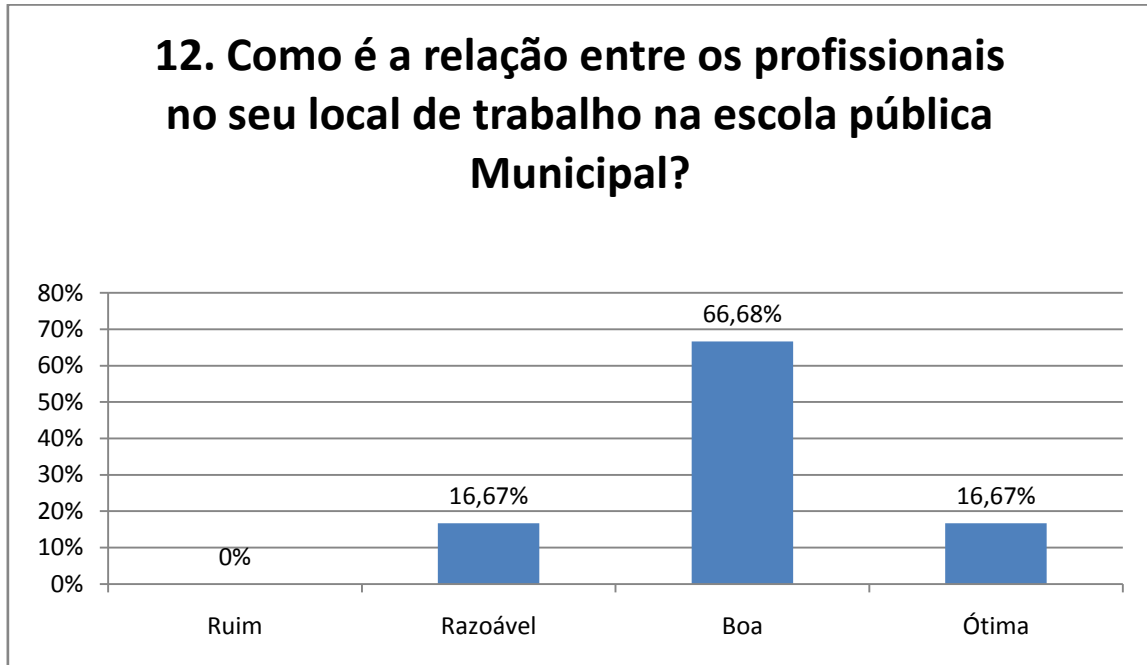
Na **questão 11** sobre a escolha do diretor da escola pública municipal, os 06 (100%) professores citaram, com diferentes palavras, que ocorre por meio de indicação política.



Fonte: Silva, 2011.

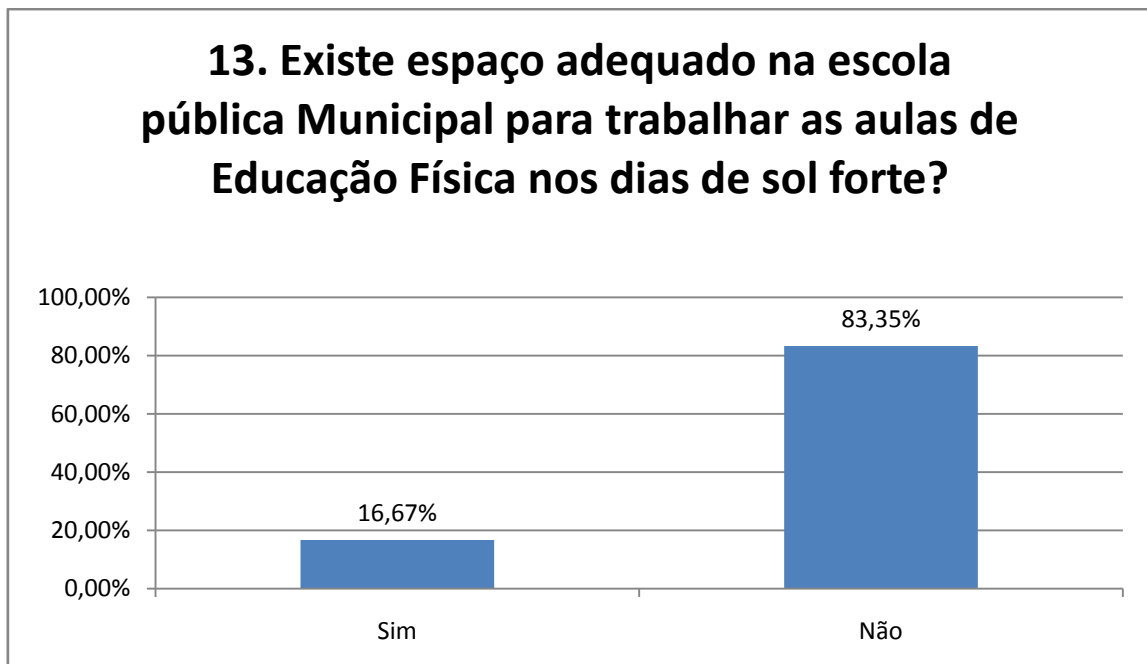
Sobre a relação com os demais colegas de trabalho na **questão 12**, 01 (16,67%) professor disse ser razoável, pois existem divergências de ideias e

conceitos, 04 (66,68%) responderam ser uma relação boa, pois cada um faz a sua parte, tem o apoio da direção e por ser um grupo solidário, e 01 (16,67%) respondeu que a relação é ótima, pois todos se dão bem.



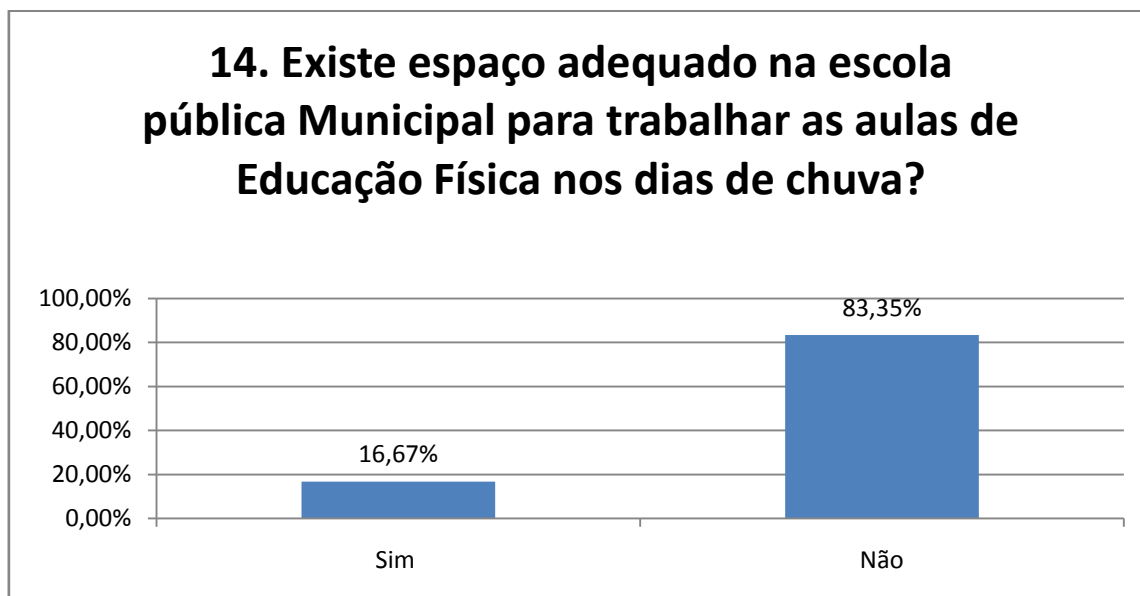
Fonte: Silva, 2011.

Quando questionados sobre espaço adequado para dias de sol forte na Educação Física, na **questão 13**, 05 (83,35%) responderam que a escola não tem espaço para esses dias e apenas 01 (16,67%) disse ter espaço para educação física nos dias de sol forte.



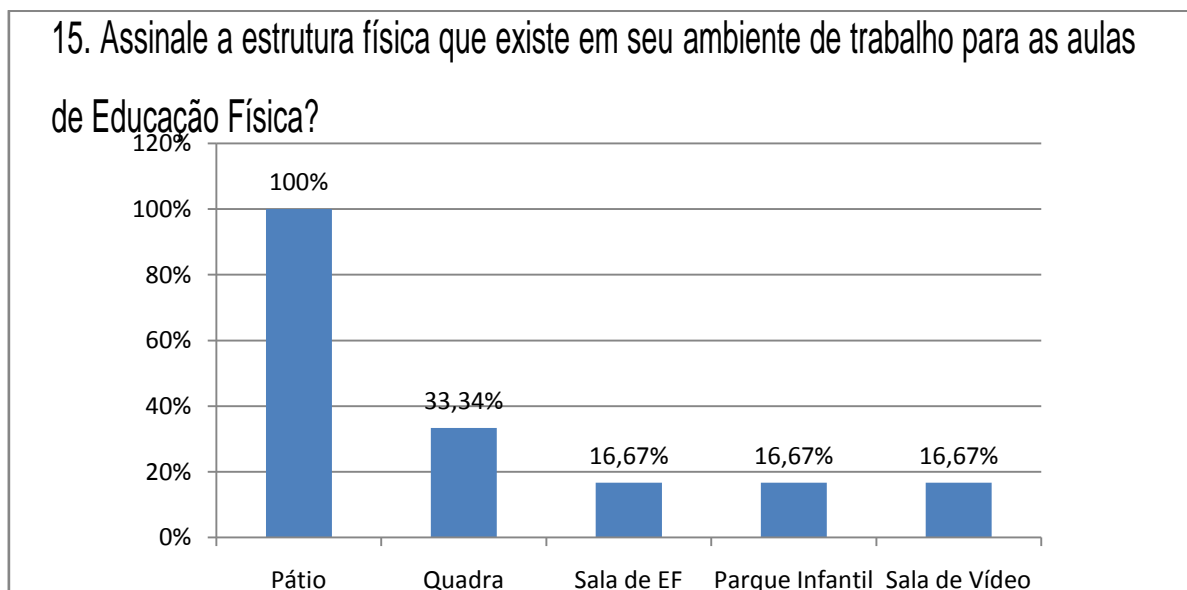
Fonte: Silva, 2011.

Já nos dias de chuva, referente a **questão 14**, 05 (83,35%) professores disseram que a escola não possui um espaço para ser utilizado durante esses dias e apenas 01 (16,67) disse ter este espaço na escola.



Fonte: Silva, 2011.

Constatou-se, através da **questão 15**, que 05 (83,35%) escolas possuem apenas o pátio, em seu ambiente de trabalho, enquanto 01 (16,67%) possui além do pátio sala de vídeo, quadra coberta, sala de educação física e parque infantil e 01(16,67%) respondeu que além do pátio, há a sala de educação física, enquanto 01 (16,67%) respondeu que há o parque e o pátio.

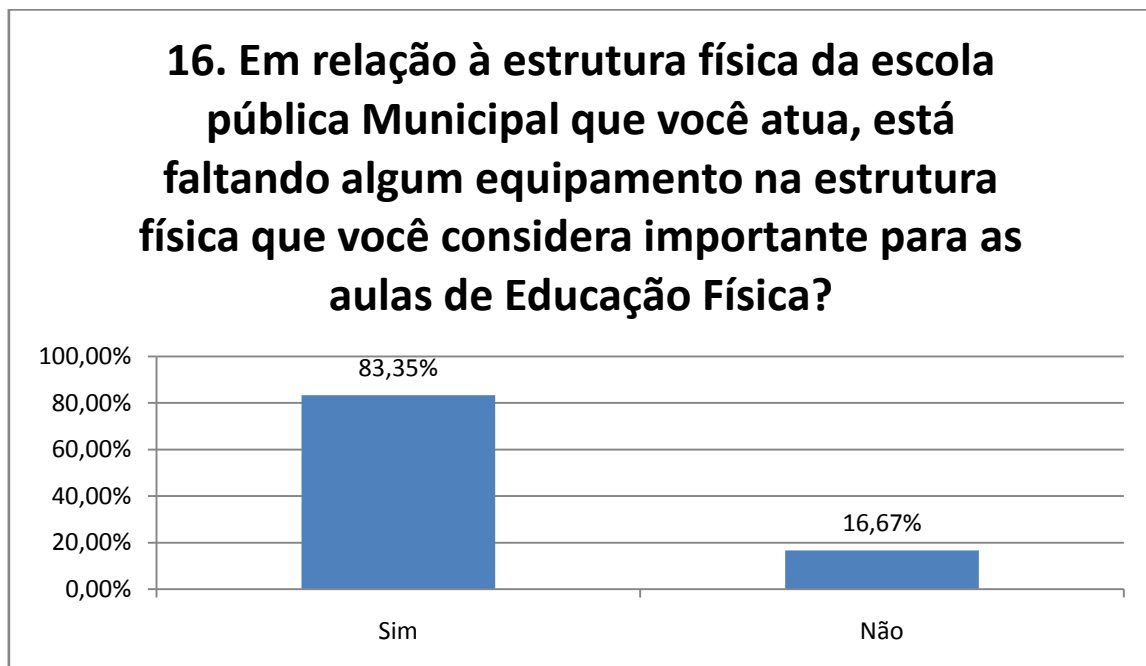


Fonte: Silva, 2011.

Sobre a **questão 16**, referente a falta de algum equipamento que o professor considere importante, 05 (83,35%) professores responderam que faltam materiais, arquitetura inclusiva, quadra coberta, ginásio, sala de educação física, sala de vídeo, espaço, sala de jogos e pintura das linhas demarcatórias da quadra, enquanto 01 (16,67%) professor disse que não falta nenhum equipamento na escola da rede pública municipal.

Nasário (1999) esclarece que realizou uma pesquisa nas escolas públicas estaduais de Santa Catarina, em que a demanda de materiais era indiferente ao número de alunos matriculados.

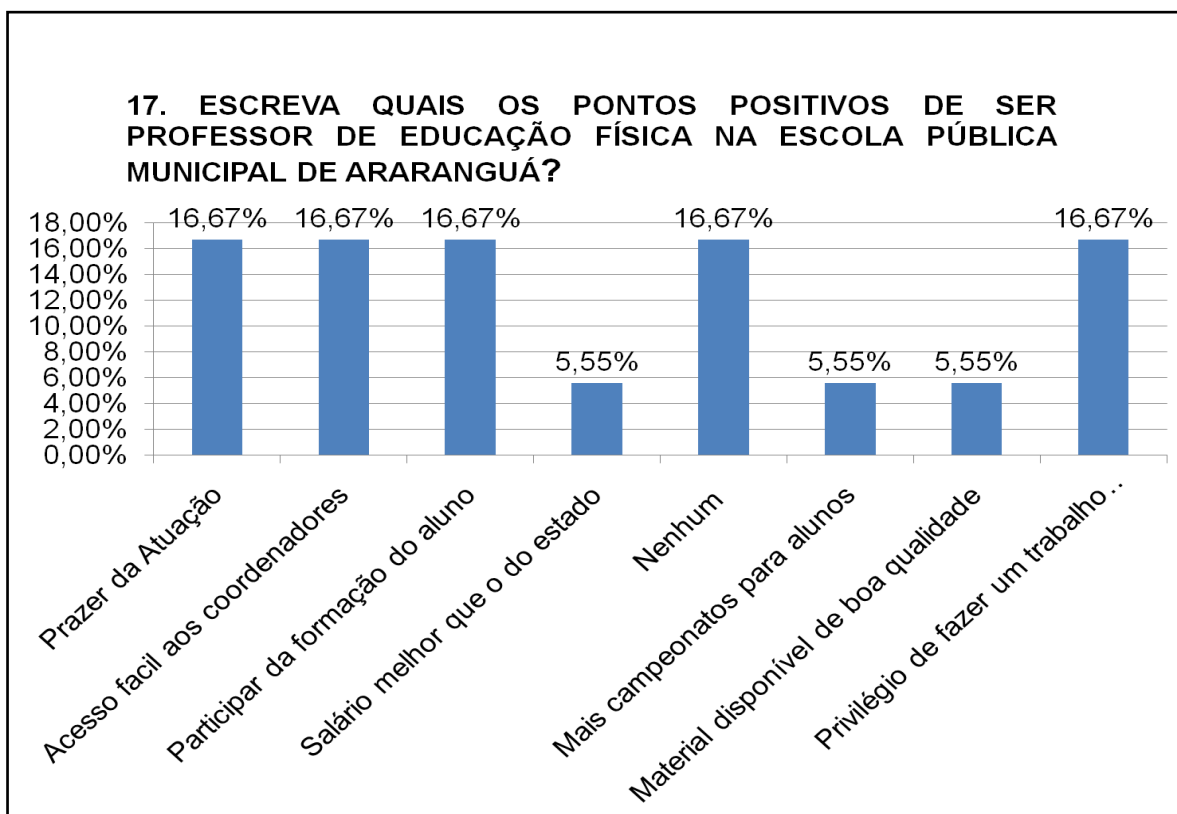
Com isso percebeu-se que a rede pública municipal se assemelha a rede pública estadual quando se trata da falta de materiais para a prática pedagógica da educação física.



Fonte: Silva, 2011.

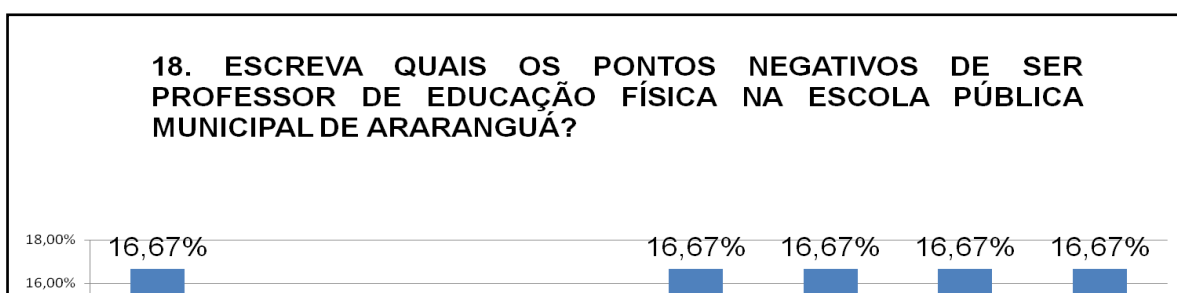
Quando pediu-se para citar sobre pontos positivos de ser professor de educação física na escola da rede pública municipal, na **questão 17**, 01 (16,67%) pesquisado respondeu que o fato de estar efetivo e trabalhando na área e participar na formação do aluno são pontos positivos, 01 (16,67%) respondeu que simplesmente o prazer da atuação, 01 (16,67%) citou o privilégio de fazer um trabalho social em que os alunos correspondem de maneira evolutiva, 01 (16,67%) citou o fácil acesso aos coordenadores de ensino, 01 (16,67%) citou como ponto

positivo o salário, por ser muitas vezes maior que o das demais redes de ensino, além da disponibilidade de materiais de boa qualidade e mais campeonatos para as crianças, enquanto 01 (16,67%) disse não ter nenhum ponto positivo em ser professor da rede municipal de ensino.



Fonte: Silva, 2011.

Quanto aos pontos negativos de ser professor na rede pública municipal de ensino, referente a **questão 18**, 01 (16,67%) disse não ter nada a declarar, 01 (16,67%) respondeu falta de espaço e estrutura, 01 (16,67%) citou a baixa remuneração, falta de condições de trabalho em dias de chuva/sol, falta de cursos de formação continuada na área e falta de valorização profissional, 01 (16,67%) citou falta de um ginásio e não ter um plano de carreira aprovado, 01 (16,67%) citou falta de apoio, 01 (16,67%) citou o fato de ter que completar a carga horária em diversas escolas.



Fonte: Silva, 2011.
CONCLUSÃO

Na elaboração da conclusão deste estudo pude refletir acerca do trajeto da pesquisa desde a elaboração do projeto até a finalização da pesquisa. As noites em que parava para pensar: será mesmo que conseguirei dar continuidade a esta pesquisa, as dúvidas que surgiam, a pressão ocasionada pelo acúmulo de tarefas a fazer, o medo de não estar trilhando no caminho certo, minimizado pela motivação a qual minha orientadora me passava. Até mesmo a questão da busca pela resposta da problemática me deixou apreensiva, por receio de não conseguir encontrar a resposta.

Neste estudo definimos como pergunta de partida refletir sobre às condições de trabalho dos professores de Educação Física da rede municipal de Araranguá, pois como futura professora tinha o interesse em investigar sobre meu campo de atuação profissional.

Desenvolver o estudo bibliográfico apresentou algumas dificuldades pela escassez de material publicado sobre este assunto.

Inicialmente quando falava em condições para atuação docente confesso que minha visão se limitava em comparar as questões salariais existentes, mas com o desenvolver da pesquisa tanto no campo teórico quanto prático, pude ampliar meu modo de enxergar as coisas. Isso com a ajuda dos diversos autores que nortearam os estudos teóricos acerca dos temas relacionados as condições de trabalho docente, bem como a ajuda de minha orientadora. Cabe ressaltar uma passagem

de Dejours (apud SCHENA 2009) que cita que as condições de trabalho dizem respeito aos aspectos físicos do ambiente (temperatura, ventilação, ruído); ao número de alunos na sala de aula; a quantidade de aulas ministradas; a distância da escola à residência; as condições de salubridade e segurança do local de trabalho e das refeições; as condições antropométricas dos postos de trabalho e ao salário.

Através da pesquisa pudemos chegar à resposta para a problemática definida nos primeiros momentos do desenvolvimento desta pesquisa, sobre as condições para atuação docente na rede municipal de ensino do município de Araranguá/SC.

Percebemos que na rede os professores na sua maioria são desinformados, pois não sabiam nem da existência de uma lei que define o plano de cargos e salários.

Assim pode-se concluir que a rede municipal de ensino não oferece condições para atuação docente, pois as condições existentes são precárias. Não possui estrutura física adequada, a demanda de materiais é escassa, não valorizam os professores de Educação Física e não promovem nenhum curso voltado para área da educação física. A formação continuada é oferecida mais voltada para outras áreas do ensino, além de haver poucos cursos durante o ano.

Pode-se perceber também que a definição dos gestores das escolas da rede municipal de ensino de Araranguá/SC é feita por indicações políticas, não havendo a participação da comunidade escolar na escolha.

REFERÊNCIAS

BETTIOL, Schaiane de Souza. **A síndrome do esgotamento profissional em professores de educação física: a realidade da rede municipal de criciúma.** 2009. 69 f. TCC (Licenciada em Educação Física) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma.

BRACHT, Valter; SILVA, Mauro Sérgio da. **Intervenção profissional durante a formação inicial: contradições e possibilidades das experiências docentes precoces em Educação Física.** Motrivivência Ano XVII, Nº 25, P. 57-76 Dez./2005.

BRASIL.MEC/CNE. RESOLUÇÃO CNE/CP. **Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf. acessado 12 de junho de 2011.

BRASIL. MEC/ CNE. Lei 9.394/96 Parecer CNE/CES no 776/97 . **Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física.**

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces058.pdf>>. Acesso em 12 junho de 2011.

CATANI, Afrânio Mendes. **Coleção Primeiros Passos: O que é Capitalismo**. 15ª edição. Brasiliense, São Paulo: 1984. 138 p.

CODO, Wanderlei. Educação: **carinho e trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 431 p.

COLOMBO, Bruno Dandolini. Formação **Inicial em Educação Física e atuação na escola: A hora da verdade**. 2009. 70f. TCC (Licenciado em Educação Física) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma.

DARIDO, Suraya Cristina. **Educação Física na escola: questões e reflexões**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. 91p.

GROSCH, Maria Selma. **A formação continuada de professores na rede municipal de ensino de blumenau: a escola de formação permanente paulo freire - efppf (1997-2004)**. 2011. 250f. Tese (Doutora em Educação)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

KUNZ, Eleonor. **Didática da educação física 2**. Ijuí: Unijui, 2001. 160 p.

_____. **Esclarecimento e emancipação: pressupostos de uma teoria educacional crítica para a Educação Física**. Revista Movimento. Ano V. nº 10. 1999. 35-38 p.

_____. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. 4ª ed. Ijuí/RS: UNIJUÍ, 2001. 160 p.

LIBÂNIO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?: novas exigências educacionais e profissão docente**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001. 104 p.

MACHADO, João Luís de Almeida. Antônio Nóvoa e a importância de rever a formação dos professores. Fevereiro 12, 2010. Disponível em meio eletrônico: <<http://www.inclusive.org.br/?p=1388>>. Acesso em: 24 de maio de 2011.

MENEGOLLA, Maximiliano. **E agora escola?**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991. 101 p.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti (Org.); REALI, Aline Maria de Medeiros Rodrigues (Org.) **Aprendizagem profissional da docência: saberes, contextos e práticas**. São Carlos: UFSCCAr, 2002. 347 p.

NETO, Alexandre Shigunov (Org.); SHIGUNOV, Viktor (Org.). **A formação profissional e a prática pedagógica:** ênfase nos professores de educação física. Londrina, Paraná: O autor, 2001. 145 p.

SACRISTÁN, j. Gimeno; GÓMEZ, A. I. **Compreender e transformar o ensino.** 4ª edição. Porto Alegre: Artmed, 1998. 391 p.

SCHENA, Valéria Aparecida. **Condições das atividades pedagógicas das professoras:** um estudo na Rede Municipal de Educação de Porto União - SC. 2008. 113 f. Dissertação (Mestre em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

STRAMANN, Reiner Hildebrandt (Org.); TAFFAREL, Celi Zulke (Org.). **Currículo e educação física:** formação de professores e prática pedagógica nas escolas. Ijuí: Unijuí, 2007. 472 p.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente:** elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. 317 p.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 8 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007. 325 pg.

Quem vai ser o professor do futuro? Entrevista com Regina Maria Michelotto. 2010. disponível em meio eletrônico: <http://www.inclusive.org.br/?p=14310>. Acesso em 10 de novembro de 2011.

APÊNDICE

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
UNIDADE ACADÊMICA DE HUMANIDADES CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO – UNA HCE
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TEMA: A Realidade Profissional de Professores de Educação Física da escola pública Municipal na Cidade de Araranguá-sc.

OBJETIVO: Compreender quais as condições para a atuação profissional dos professores de educação Física da rede pública Municipal de Araranguá.

Por favor, leiam atentamente as instruções abaixo antes de decidir se deseja participar do estudo.

O projeto Tema: “A Realidade Profissional de Professores de Educação Física na Cidade de Araranguá-sc “ deseja investigar as condições para atuação profissional dos professores da rede pública Municipal de Araranguá.

Justifica-se este projeto pela necessidade de novas evidências científicas para formação de professores.

1. Será realizada um questionário com os pesquisados, sendo os pesquisadores o orientador e o orientando.
2. Participarão do estudo apenas os voluntários selecionados que devolverem o termo de consentimento informado, autorizando a sua participação no estudo de forma voluntária.
3. Se houver alguma dúvida a respeito, favor contatar com o professor coordenador da pesquisa professor Ana Lúcia Cardoso, pelo telefone (.....) ou pelo endereço eletrônico anc@unesc.net ou com o orientando(a) pelo telefone (99438563) ou pelo endereço eletrônico marcynha_scaru@hotmail.com
4. O participante terá liberdade de encerrar a sua participação a qualquer momento no projeto, ficando apenas com o compromisso de comunicar o responsável pelo projeto de sua desistência, para que a pesquisa não seja prejudicada.
5. Caso concorde em participar desta pesquisa realizando as avaliações e o período de treinamento proposto pelo estudo, assine e entregue ao responsável este termo de consentimento. Este consentimento será arquivado juntamente com as demais avaliações.

Antecipadamente agradecemos a colaboração.

Prof. Ana Lúcia Cardoso
Coordenadora da pesquisa

Orientanda Marciele Borba da Silva
Responsáveis pelo desenvolvimento da pesquisa

Eu, _____ declaro-me ciente das informações sobre o estudo “.....” e concordo em participar como voluntário.

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
UNIDADE ACADÊMICA DE HUMANIDADES CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO – UNA HCE
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

CARTA DE APRESENTAÇÃO

A disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC faz parte da matriz curricular do Curso de Educação Física da Unesc, desde o ano de, portanto é requisito para a conclusão do mesmo.

Neste sentido apresentamos o(a) acadêmica Marciele Borba da Silva da 8ª fase, do curso e solicitamos sua autorização para realizar a pesquisa (coleta de dados) em sua instituição.

Informamos que é mantida a ética da pesquisa, resguardando o nome da instituição e dos participantes, para que sejam fidedignas as respostas, a pesquisa atinja seus objetivos e tenha validade científica.

Agradecemos pela sua atenção e contribuição com o desenvolvimento da ciência.

Atenciosamente,

Prof Ana Lúcia Cardoso
Orientadora do TCC

Criciúma _____ de setembro de 2011.

QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

01. Em qual instituição de ensino e em que ano você se formou em licenciatura em Educação Física:

02. Atua em que nível de ensino na escola pública municipal de Araranguá?

- ☐ Educação Infantil
☐ Ensino fundamental-series iniciais
☐ Ensino fundamental Series finais
☐ Ensino médio
☐ Educação Especial

03. Quantas horas de Trabalho na área da Educação Física?

- ☐ Escola pública municipal: _____
☐ Escola pública estadual: _____
☐ Escola particular: _____
☐ Outra.Qual: _____

04. Qual o vínculo empregatício com a Escola Pública Municipal?

- ☐ ACT ☐ Efetivo

05. Você possui pós graduação?

- Especialização ☐ Sim. ☐ Não. ☐ Estou cursando.
Mestrado ☐ Sim. ☐ Não. ☐ Estou cursando.

06. Em quantos cursos de formação continuada na área da Educação/Educação Física você participa durante o ano promovido pela Secretaria Municipal de Educação de Araranguá?

- ☐ Nenhum ☐ 1 ☐ 2 a 4

Outro: _____

07. Quais as temáticas foram abordadas nos cursos de formação continuada promovidos pela Secretaria Municipal de Educação de Araranguá?

08. Você está satisfeito com sua remuneração salarial na Escola Publica Municipal de Araranguá?

() Sim () Não

Justifique:_____

09. Você se sente valorizado como professor da rede pública Municipal de Araranguá?

() Sim () Não

Justifique:_____

10. Os professores da rede pública municipal de Araranguá possuem plano de cargos e salário?

() Sim () Não

Justifique:_____

11. Como acontece a escolha do diretor da escola pública Municipal de Araranguá que você atua?

12. Como é a relação entre os profissionais no seu local de trabalho na escola pública Municipal?

() Ruim () Razoável () Boa () Ótima

Justifique:_____

13. Existe espaço adequado na escola pública Municipal para trabalhar as aulas de Educação Física nos dias de sol forte?

() Sim () Não

14. Existe espaço adequado na escola pública Municipal para trabalhar as aulas de Educação Física nos dias de chuva?

() Sim () Não

15. Assinale a estrutura física que existe em seu ambiente de trabalho para as aulas de Educação Física?

() Arquitetura inclusiva () Sala de Educação Física () Ginásio

() Quadra () Quadra coberta () Pátio () Sala de vídeo

Outros: _____

16. Em relação à estrutura física da escola pública Municipal que você atua, está faltando algum equipamento na estrutura física que você considera importante para as aulas de Educação Física?

() Sim () Não

Qual? _____

17. Escreva quais os pontos positivos de ser professor de Educação Física na escola pública Municipal de Araranguá?

18. Escreva quais os pontos negativos de ser professor de Educação física na escola pública Municipal de Araranguá?

Marcia Berto da Silva

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ



ARARANGUÁ
ACIMA DE TUDO

LEI COMPLEMENTAR Nº 033, DE 25 DE JUNHO DE 2002.

DÁ NOVA REDAÇÃO À LEI COMPLEMENTAR
Nº 14, DE 24 DE JUNHO DE 1999, QUE INSTITUI
O SISTEMA DE CARREIRAS, BENEFÍCIOS E
VANTAGENS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS.

O Prefeito **Primo Menegalli**, no exercício das atribuições de seu cargo, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara dos Vereadores de Araranguá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I
Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta lei dá nova redação à Lei Complementar nº 14, de 24 de junho de 1999, que institui o Sistema de Carreiras, Benefícios e Vantagens do quadro de funcionários permanentes da Administração Municipal de Araranguá.

Art. 2º Ficam criados no Quadro Permanente da Administração Municipal os cargos de que trata esta lei, organizados em Grupos Ocupacionais, Níveis e Referências, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, nos termos da Lei Complementar nº 02, de 22 de agosto de 1997.

Art. 3º O Sistema de Carreiras, Benefícios e Vantagens, regulamentar-se-á pelos dispositivos constantes desta lei e pelos atos complementares necessários à sua regulamentação que forem baixados pelo Prefeito Municipal.

Art. 4º A organização e a estrutura do Sistema de Carreiras, bem como a Tabela de Remuneração, constam dos Anexos I, II e III, desta lei.

Art. 5º Para efeito da aplicação desta lei, considera-se:

I - Plano de Carreira: o conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura de carreira dos grupos ocupacionais que correlaciona cargos a níveis de escolaridade e padrões de vencimento;

II - Grupo Ocupacional: o conjunto de empregos de caráter permanente, agrupados de acordo com a natureza da atividade, com carreira próprias, que tem por objetivo atender às necessidades da Administração Municipal nas mais diversas categorias;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ



Lei Complementar nº 033, de 25 de junho de 2002.

Fls. 2

III - Carreira: o agrupamento de empregos integrantes do Plano de Cargos e Remuneração;

IV - Quadro de Pessoal: o conjunto de empregos de caráter permanente;

V - Nível: graduação vertical ascendente de cada emprego dos grupos ocupacionais;

VI - Referência: graduação horizontal ascendente em cada nível dos empregos de cada grupo ocupacional;

VII - Tabela Salarial: conjunto de valores do vencimento base, distribuídos em linhas verticais e horizontais progressivas, estruturados na forma organizacional de carreira;

VIII - Progressão Funcional: deslocamento do servidor nos níveis e referências contidos no seu emprego; e

IX - Emprego de Caráter Permanente: conjunto de funções e responsabilidades com denominação própria.

Parágrafo único. A descrição e as especificações dos empregos a que se refere esta lei, contêm a denominação do cargo, grupo ocupacional, descrição sumária e detalhada, habilitação profissional e jornada de trabalho.

Art. 6º As Categorias Funcionais de nível superior, intermediário e básico compreendidas nos grupos ocupacionais respectivos, estão integradas por níveis e referências hierarquicamente estruturados.

Art. 7º As especificações de todos os níveis funcionais do Sistema de Carreiras são os constantes do anexo I desta lei.

TÍTULO II Do Ingresso

Art. 8º O ingresso nos cargos constantes dos grupos ocupacionais, dar-se-á mediante aprovação em Concurso Público de provas ou provas e títulos e no nível e referência iniciais.

Art. 9º Os requisitos exigidos para ingresso nos Grupos Organizacionais, são os previstos nas descrições e especificações dos respectivos cargos, constantes do anexo II desta lei, podendo ser acrescidas outras exigências que o desempenho do cargo justificar, compatibilizadas com a legislação em vigor.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ



Lei Complementar nº 033, de 25 de junho de 2002.

Fls. 3

TÍTULO III Da Remuneração e das Vantagens

Art. 10. A remuneração dos cargos integrantes das carreiras representados pelos Grupos Ocupacionais, constitui-se do vencimento, hierarquizado em níveis e referências, acrescidos das gratificações e vantagens que couberem, na forma estabelecida em Lei.

Art. 11. Considerando o interesse da Administração e a necessidade de qualificar seus recursos humanos, o Executivo Municipal poderá autorizar ou encaminhar propostas de afastamento de servidor para participar de curso de aperfeiçoamento e qualificação profissional, excluídas quaisquer gratificações de função, desde que não exceda a um período de sessenta (60) dias.

TÍTULO IV Do Enquadramento

Art. 12. O enquadramento dos servidores municipais será realizado através de transposição, observando-se, para o posicionamento nos níveis e referências do respectivo Grupo Ocupacional, as seguintes condições:

- I – Faixa Salarial;
- II – Qualificação (Titulação Acadêmica);
- III – Tempo de Serviço efetivo prestado à Administração Municipal de Araranguá;
- IV – Tempo de Serviço Público federal, estadual e municipal; e
- V – Tempo de Serviço referente ao exercício na atividade profissional prestado a organizações privadas.

Art. 13. Para efeito de enquadramento, as condições estabelecidas no artigo anterior serão aplicadas em consonância com as especificações dos cargos e observância das seguintes regras:

- a) O valor do salário base percebido indicará o nível e a referência de primeiro posicionamento;
- b) Para o Grupo Ocupacional “Técnico Superior” a qualificação (titulação acadêmica) permitirá o reposicionamento automático para o nível inicial correspondente à titulação, como segue:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ



Lei Complementar nº 033, de 25 de junho de 2002.

Fls. 4

Graduação	- Nível 13	Referência inicial do cargo
Especialização	- Nível 14	Referência A
Mestrado	- Nível 15	Referência A
Doutorado	- Nível 16	Referência A

c) O tempo de serviço efetivamente prestado à Administração Municipal de Araranguá, permitirá o reposicionamento, computando-se uma referência para cada trinta e seis (36) meses de efetivo exercício;

d) O Tempo de Serviço público efetivamente prestado a órgãos federais, estaduais e municipais, exceto ao Município de Araranguá, permitirá o reposicionamento computando-se uma referência para cada quarenta e oito (48) meses de efetivo exercício;

e) O Tempo de Serviço referente ao exercício na atividade profissional prestado a organizações privadas, permitirá o reposicionamento computando-se uma referência para cada sessenta (60) meses de efetivo exercício.

§ 1º A aplicação dos critérios indicados neste artigo, será feita de forma cumulativa.

§ 2º No caso de servidores sujeitos a estágio probatório, a aplicação dos critérios de que tratam as letras "b", "c", "d" e "e" somente ocorrerá após o cumprimento integral do prazo estabelecido.

§ 3º Os servidores municipais detentores de estabilidade, terão o Adicional por Tempo de Serviço - ATS - incorporado ao respectivo salário a partir do mês de abril de 1999.

TÍTULO V Do Desenvolvimento

Art. 14. O Desenvolvimento do servidor no Sistema de Carreira ocorrerá mediante progressão funcional.

Art. 15. O interstício de cada referência corresponderá a doze (12) meses e o interstício do nível ao somatório das referências que o compõem.

Art. 16. As avaliações de desempenho para efeito de progressão e promoção serão realizadas anualmente e seus efeitos financeiros passam a vigorar no mês inicial do exercício seguinte.

Parágrafo único. O interstício para efeito de promoção será de no mínimo,

Rua Dr. Virgílio de Queiróz, 200 - Fone (48) 524-1900 - Caixa Postal 111 - 88900-000 - ARARANGUÁ - SANTA CATARINA



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ



Lei Complementar nº 033, de 25 de junho de 2002.

Fls. 5

dezoito (18) meses na referência final do nível em que esteja situado o servidor.

TÍTULO VI Do Pessoal do Magistério

Art. 17. A formação profissional exigida para o exercício das atividades de Docente e Especialista em Assuntos Educacionais, da rede municipal de ensino, é a de Habilitação de Nível Superior de Licenciatura Plena.

Art. 18. Os professores com habilitação de nível médio que, na data da publicação desta lei, estiverem atuando na Educação Infantil, no Ensino Especial e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, poderão permanecer nos respectivos cargos até o ano de 2006, data em que deverão estar habilitados para exercer a atividade segundo as exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Parágrafo único. O Município promoverá incentivos à formação dos profissionais que se encontrarem na situação prevista no "caput" deste artigo.

Art. 19. Os atuais titulares do quadro efetivo do magistério municipal, com habilitação de 2º grau de magistério, passarão a ocupar o quadro de habilitação transitória, conforme o Anexo III, desta lei".

Parágrafo único. Os níveis de referências inicial e final, para a habilitação de que trata o "caput" deste artigo, é 6-A a 8-C.

Art. 20. O ingresso na carreira funcional do Quadro do Magistério dar-se-á através de concurso público de provas e títulos, atendidos os requisitos previstos nesta lei.

§ 1º O enquadramento dos ingressantes será efetuado nos níveis e referências constantes do Anexo I e III conforme a habilitação do profissional prevista no Anexo II.

§ 2º Constituem requisitos de escolaridade para o ingresso nos cargos previstos neste artigo, os constantes do Anexo II, desta lei, excetuados com referência aos profissionais do magistério admitidos através dos Concursos Públicos 01/97 e 01/98, para Educação Infantil, a formação em Pedagogia e Habilitação em Séries Iniciais.

Art. 21. Fica instituída, no âmbito do magistério público municipal, gratificação que será concedida por ato do Prefeito Municipal, a título de estímulo à regência de classe, num percentual de trinta por cento (30%) do vencimento a todos os professores com atuação direta na sala de aula, excluídos aqueles que exerçam funções extra-classe.

Art. 22. Os profissionais do Quadro Permanente do Magistério são lotados na Secretaria de Educação do Município.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ

ARARANGUÁ
ACIMA DE TUDO

Lei Complementar nº 033, de 25 de junho de 2002.

Fls. 6

Parágrafo único Fica expressamente vedada a remoção imotivada do profissional do quadro permanente do magistério, exceção feita quando se tratar de pedido do funcionário, com a aquiescência da Administração.

Art. 23. O estágio probatório, tempo de exercício profissional a ser avaliado após (3) anos de trabalho, ocorrerá entre a posse e a investidura permanente no cargo.

Seção I Da Progressão Funcional

Art. 24. A progressão funcional dos profissionais do magistério, ocorrerá dentro do mesmo cargo, após o cumprimento do estágio probatório, da seguinte forma:

I - Progressão por mérito;

II - Progressão por nova titulação acadêmica;

§ 1º A progressão por mérito ocorrerá em referência, anualmente, no mês de maio, de forma alternada, a partir do ano 2002, pela comprovação de cursos de aperfeiçoamento ou atualização, concluídos a partir da data da publicação da presente lei, no exercício do cargo, da seguinte forma: 01 (uma) referência pela comprovação de participação em 80 (oitenta) horas de curso de atualização ou aperfeiçoamento do período anterior ao da operacionalização, diretamente relacionadas à disciplina ou área de atuação e aqueles que servem de subsídios para a atuação do cargo.

§ 2º A progressão por nova titulação acadêmica acontece automaticamente, quando comprovada a titulação na área específica de atuação, nas seguintes condições:

I - Para os cargos de Professor:

Graduação	- Nível 8	Referência D
Especialização	- Nível 9	Referência D
Mestrado	- Nível 10	Referência D
Doutorado	- Nível 11	Referência D

II - Para o Grupo Ocupacional de Especialistas em Assuntos Educacionais:

Graduação	- Nível 9	Referência A
Especialização	- Nível 10	Referência A
Mestrado	- Nível 11	Referência A
Doutorado	- Nível 12	Referência A

§ 3º O progressão por nova habilitação será oportunizada, exclusivamente, aos profissionais ocupantes dos cargos identificados no art. 18, desta lei, de habilitação



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ



Lei Complementar nº 033, de 25 de junho de 2002.

Fls. 7

provisória, os quais poderão, a qualquer tempo, ascender ao nível 8, referência D, desde que comprovada a habilitação em curso superior, conforme exigência da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDB – exceto se a habilitação implicar em mudança de área ou disciplina.

Seção II Da Política de Valorização Profissional

Art. 25. À Secretaria Municipal de Educação, compete planejar, organizar, promover e executar cursos de capacitação de recursos humanos, bem como implantar ou implementar programas do desenvolvimento e de formação pedagógica aos profissionais do magistério de forma continuada e emergencial.

Art. 26. À Secretaria Municipal de Educação, compete, ainda, estabelecer mecanismos e programas de crescimento funcional de valorização para o pleno desempenho das atividades inerentes ao exercício do cargo do profissional do magistério.

Parágrafo único. Fica assegurada a percepção do vencimento base, excluídas quaisquer gratificações de função, ao profissional afastado de suas atividades pela Secretaria Municipal de Educação para participar de cursos, pós-graduação, mestrado e doutorado.

Seção III Da Jornada de Trabalho

Art. 27. A jornada de trabalho do professor será de 40 (quarenta) horas semanais, incluídas as horas-atividade, tomando-se por base a carga horária curricular da unidade escolar.

§ 1º As horas atividades a que se refere o “caput” deste artigo, serão destinadas à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional de acordo com a proposta da Secretaria Municipal de Educação, cumpridas na escola.

§ 2º O professor de Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, deverá ministrar de 30 (trinta) a 32 (trinta e duas), horas-aula, acrescidas de 20 a 25% (vinte a vinte e cinco por cento) de horas-atividade.

§ 3º As horas-atividade a que se refere o § 1º deste artigo, integrarão a jornada de trabalho, observadas as disposições do § 2º.

§ 4º Toda aula excedente será remunerada.

Art. 28. O professor em regência de classe do Ensino Fundamental, cumprirá



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ



Lei Complementar nº 033, de 25 de junho de 2002.

Fls. 8

jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, incluídas de 20 a 25% (vinte e cinco por cento) de horas-atividade.

Parágrafo único. No período destinado às horas-atividade a que se refere o "caput" deste artigo, será oferecido ao aluno as disciplinas de Educação Física, Artes e Língua Estrangeira, ministradas por professores habilitados do Quadro de Pessoal do Magistério ou por profissional legalmente autorizado.

Art. 29. A jornada de trabalho do professor em exercício no Centro de Educação Infantil e que atua diretamente com crianças de 0 a 6 anos, que estudam em período integral, será de 40 (quarenta) horas semanais, incluídas de 20% a 25% (vinte a vinte e cinco por cento) de horas-atividade.

Art. 30. A jornada de trabalho do professor deverá ser obrigatoriamente cumprida e completada, onde for necessário, inclusive em mais de um estabelecimento de ensino, quando for o caso.

Art. 31. Quando ocorrer a extinção da escola, alteração de matrícula ou disciplina, que importe em redução de jornada, o membro do magistério cumprirá ou completará a jornada de trabalho em outra unidade escolar de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, ficando assegurados os direitos adquiridos.

Art. 32. O vencimento base inicial dos ocupantes de cargos, com respectivos níveis de referências, consta do Anexo I e II desta Lei.

Art. 33. O profissional do magistério admitido em caráter temporário, perceberá, mensalmente, o vencimento do cargo correspondente à efetiva atividade que exercer no período da contratação, de acordo com o Quadro Permanente de pessoal da Educação.

TÍTULO VII Das Disposições Finais

Art. 34. O Prefeito Municipal designará Comissão Especial de Avaliação de Desempenho durante o estágio probatório, bem como Comissão de Avaliação Periódica de Desempenho para os funcionários efetivos, dispondo essas comissões de poderes para nomear subcomissões para cada área de avaliação.

§ 1º O Prefeito, por ato próprio, baixará normas e critérios que nortearão os trabalhos das comissões e subcomissões.

§ 2º Fica garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa ao servidor que estiver na iminência de sofrer punição, com a ciência e o acompanhamento do sindicato profissional.

Art. 35. Os cargos existentes na Administração Direta não incluídos no Sistema



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ**



Lei Complementar nº 033, de 25 de junho de 2002.

Fls. 9

de Carreiras de que trata esta lei, passam a integrar Quadro Suplementar na condição de cargos isolados de provimento efetivo, sendo extintos na medida em que vagarem.

Art. 36. Os cargos de Marinheiro Regional de Convés (MRC) e de Marinheiro Regional de Máquinas (MRM), ficam compactados em um único cargo, passando a chamar-se Marinheiro Auxiliar de Máquinas e de Convés, com as atribuições e remunerações constantes do Anexo II, desta lei.

Art. 37. Os Cargos Comissionados, de livre nomeação e exoneração, são vinculados à estrutura organizacional e hierarquizados de acordo com nível do Órgão a que correspondem.

Parágrafo único. A remuneração dos Cargos Comissionados e seu quantitativo serão estabelecidos em lei específica.

Art. 38. A remuneração dos servidores públicos da Administração Direta e Indireta do Município será revista, anualmente, no mês de julho, data base da categoria, e fixada através de lei-específica de iniciativa do Prefeito Municipal.

Art. 39. Os casos omissos serão resolvidos em consonância com a CLT e demais normas e regulamentos aplicáveis aos servidores do Município de Araranguá.

Parágrafo único. Os aumentos e atualizações autorizados no presente artigo não poderão exceder o limite previsto no artigo 169, da Constituição Federal.

Art. 40. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 41. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Araranguá, em 25 de junho de 2002.

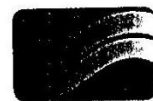

PRIMO MENEGALLI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria Municipal de Administração, em 10 de junho de 2002.

ÉZIO CAMILO ROCHA
Secretário de Administração e Finanças



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ



ARARANGUÁ
ACIMA DE TUDO

Lei Complementar nº 033, de 25 de junho de 2002.

Fls. 10

ANEXOS



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ



Lei Complementar nº 033, de 25 de junho de 2002.

Fls. 11

ANEXO I

GRUPOS OCUPACIONAIS

COMPOSIÇÃO



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ



Lei Complementar nº 033, de 25 de junho de 2002.

Fls. 12

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO POR GRUPO OCUPACIONAL

GRUPO OCUPACIONAL	CARGO	NÍVEIS	REFERÊNCIAS
BÁSICO	Auxiliar de Serviços Gerais	02	B
	Auxiliar de Topógrafo	02	B
	Borracheiro	02	B
	Costureira	02	B
	Gari	03	A
	Lavador/Lubrificador	03	A
	Operário	02	B
	Operário de Tubulação	02	B
	Zelador de Cemitério	02	B
ARTÍFICE	Almoxarife	05	G
	Calceteiro	03	H
	Carpinteiro	05	G
	Eletricista Predial	05	G
	Fiscal de Transporte Coletivo	06	B
	Lixeiro	04	H
	Padeiro	05	G
	Pedreiro	05	G
	Responsável por Entulhos*	05	G
	Vigia	03	H
OPERACIONAL ADMINISTRATIVO	Auxiliar Administrativo	06	B
	Auxiliar de Ensino	04	E
	Digitador	06	B
	Escriturário*	06	B
	Recepcionista	04	H
	Telefonista	04	H
OPERACIONAL TÉCNICO	Eletricista de Veículos	06	B
	Encarregado	06	B
	Marinheiro Arrais	09	C
	Marinheiro Auxiliar de Máquinas e de Convés	08	D
	Mecânico	06	B
	Motorista I	06	E
	Motorista II	07	H
	Operador de Máquina I	08	D
	Operador de Máquina II	07	D



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ



Fls. 84

Lei Complementar nº 033, de 25 de junho de 2002.

REFERÊNCIAS

NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
1	213,41	216,22	219,00	221,84	227,22	230,18	233,18	233,60	236,65	239,72
2	242,84	246,00	249,21	252,43	255,72	259,04	262,42	265,80	269,27	272,76
3	276,33	279,91	283,54	287,13	290,96	294,74	298,59	302,47	306,40	310,39
4	314,42	318,50	322,64	326,84	331,09	335,40	339,76	344,18	348,64	353,19
5	357,76	362,42	367,13	371,92	376,74	381,63	386,59	391,61	396,71	401,87
6	407,08	412,40	417,76	423,19	428,69	434,26	439,89	445,60	451,41	457,28
7	463,21	469,24	475,33	481,51	487,78	494,10	500,54	507,04	513,63	520,32
8	527,08	533,93	540,87	547,90	555,04	562,25	569,55	576,96	584,47	592,06
9	599,74	607,56	615,45	623,45	631,55	639,76	648,07	656,52	665,04	673,70
10	682,46	691,32	700,31	709,40	718,61	727,95	737,44	747,03	756,73	766,58
11	776,55	786,63	796,86	807,20	817,71	828,34	839,11	850,02	861,06	872,26
12	883,62	895,09	906,72	918,53	930,45	942,56	954,81	967,24	979,80	992,53
13	1.005,43	1.018,51	1.031,75	1.045,16	1.058,73	1.072,50	1.086,43	1.100,56	1.114,95	1.129,37
14	1.144,06	1.158,94	1.174,00	1.189,26	1.204,72	1.220,36	1.236,25	1.252,33	1.268,57	1.285,08
15	1.301,78	1.318,72	1.335,86	1.353,22	1.370,80	1.388,62	1.406,68	1.424,98	1.443,50	1.462,25
16	1.481,27	1.500,53	1.520,03	1.539,80	1.559,80	1.580,08	1.600,63	1.621,43	1.642,52	1.663,86

* margem de cálculo = 1,3 %



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ



F/s. 85

Lei Complementar nº 033, de 25 de junho de 2002.

REFERÊNCIAS

NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
17	1.685,49	1.707,40	1.729,59	1.752,08	1.774,85	1.797,93	1.821,29	1.844,97	1.868,96	1.893,25
18	1.917,88	1.942,81	1.968,07	1.993,65	2.019,57	2.045,81	2.072,41	2.099,34	2.126,63	2.154,28
19	2.182,30	2.210,65	2.239,42	2.268,52	2.298,02	2.327,50	2.358,15	2.388,81	2.419,87	2.451,33
20	2.483,20	2.515,48	2.548,18	2.581,30	2.614,86	2.648,85	2.683,29	2.718,17	2.753,50	2.789,30
21	2.825,56	2.862,29	2.899,50	2.937,21	2.975,38	3.014,07	3.053,13	3.092,94	3.133,15	3.173,88
22	3.215,14	3.256,93	3.299,27	3.342,17	3.385,62	3.429,63	3.474,21	3.519,38	3.565,14	3.611,48
23	3.658,43	3.705,99	3.754,15	3.802,97	3.852,41	3.902,48	3.953,23	4.004,61	4.056,66	4.109,41
24	4.162,82	4.216,94	4.271,77	4.327,30	4.383,55	4.440,55	4.498,26	4.556,74	4.615,96	4.675,99
25	4.736,78	4.798,36	4.860,73	4.923,92	4.987,94	5.052,77	5.118,46	5.185,01	5.252,41	5.320,69
26	5.389,86	5.459,92	5.530,90	5.602,80	5.675,64	5.749,43	5.824,17	5.899,88	5.976,58	6.054,27

* margem de cálculo = 1,3 %

